AFFONSO DE E. TAUNAY

*(Antigo Diretor do Museu Paulista)*

# VELHO SÃO PAULO

*VOL. III*

## EVOLUÇÃO DA CIDADE SOB O IMPÉRIO

*

## RUAS SECUNDÁRIAS

*

## O MOSTEIRO DE NOSSA SENHORA DA LUZ

*Contribuição da Companhia Melhoramentos de São Paulo para as comemorações do quarto centenário da cidade de São Paulo*

EDIÇÕES MELHORAMENTOS

# À Nossa Senhora do Rosário.

Este livro foi escaneado por Bruno Bonavigo.

Sinta-se livre para compartilhar, desde que não arranque estes créditos e a dedicatória. Caso queira, reze uma Ave-Maria por mim e pela alma do autor.

Deus abençoe.

O link da postagem no Archive, para eventuais correções da formatação, é:

https://archive.org/details/velho-sao-paulo-iii/

Se deseja contribuir com meu trabalho de preservação da história, considere fazer uma doação. Chave Pix: b0n4vigo@gmail.com. Aceito também suas orações.

Todos os direitos reservados pela Comp. Melhoramentos de São Paulo, Indústrias de Papel
Caixa Postal 8120 — São Paulo

11/V-4

*Do mesmo Autor, nas Edições Melhoramentos:*

"HISTÓRIA DAS BANDEIRAS PAULISTAS"
em 2 volumes

ENSAIO DE CARTA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS
*(3.ª Edição)*

VELHO SÃO PAULO — Vol. I
Colégio — Sé — Paço
*(2.ª Edição)*

VELHO SÃO PAULO — Vol. II
Ruas Principais — Abadia de São Bento

HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO

Nos pedidos telegráficos basta citar o cód. 697

# ÍNDICE

AS TRANSFORMAÇÕES DE SÃO PAULO DE FINS DA ERA COLONIAL AOS PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX ..... 5

AS RUAS CENTRAIS E SECUNDÁRIAS. OS EDIFÍCIOS PRINCIPAIS DO SÃO PAULO IMPERIAL ..... 15

O MOSTEIRO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA LUZ E SEU FUNDADOR FREI ANTÔNIO DE SANT'ANA GALVÃO .... 37

# AS TRANSFORMAÇÕES DE SÃO PAULO DE FINS DA ERA COLONIAL AOS PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX

DURANTE os primeiros quatro e meio decênios da era imperial o grande empecilho, impôsto ao progresso da cidade de São Paulo, continuou a provir dos obstáculos da transposição da Paranapiacaba. Semi-isolada em seu altiplano, prosseguia na existência modorrenta colonial até que a via férrea viesse tirá-la da apatia em que desde o século XVIII vivera.

Mas a remoção do garrote asfixiador do progresso realizada pelos trilhos da *São Paulo Railway* só se tornara possível em virtude de irresistível empuxo econômico. E êste viera do café.

Se a lavoura provinciana continuasse a ser a canavieira e as terras de Oeste fôssem da altitude das piratininganas não permitindo o vicejar magnífico da rubiácea, em abortivas safras; se tais terras não tivessem a derrama suave que as caracteriza e não dispusessem do admirável massapé campineiro e da terra roxa, esgalhando-se em largas e fertilíssimas manchas, continuaria São Paulo a viver tardonhamente.

A estrada de ferro, vencido o grande socalco litorâneo, não encontrou mais obstáculos sérios e por tôda parte um único óbice se opôs ao alargamento da área cafeeira: a geada.

No vale do Paraíba, onde tão notável se implantara a cafeicultura, a distância aos portos muito favorecera, mas em compensação o acidentado dos chãos cobertos pelas lavouras expunha-as à erosão. Esta em menos de três quartos de século liquidaria as plantações e tornaria "cidades mortas" as antigas capitais de pujantes distritos cafeeiros.

Já em 1870 ninguém se lembraria, sèriamente, de construir uma estrada de ferro de Ubatuba a Taubaté, por exemplo. É que o futuro da província estava nas terras de Oeste, cuja capital geográfica era São Paulo. O frete da arrôba em 1860, em lombo de mula, era tal que não permitia se pensasse em plantar café além de Rio Claro.

Assim a fênix paulistana de Washington Luís começou a renascer das cinzas do bandeirantismo graças ao alento do cafèzal de Oeste, de produção cada vez mais considerável, atraindo as pontas de trilhos para mais e mais longe, saltando por sôbre os cerrados para atingir as grandes manchas ubérrinas como as de Jaú e Ribeirão Prêto. Cresceu São Paulo como reflexo do cafèzal do Ocidente. E êste espraiou-se graças à existência da *São Paulo Railway* e pouco depois da das ferrovias suas tributárias.

Expressiva caricatura de Ângelo Agostini bem traduz êstes fatos. Mostra-nos, a caminharem paralelamente, na serra do Mar um comboio ferroviário e uma tropa muladeira. Do trem fazem os passageiros esgares aos tropeiros a lhes significar que se encerrara o ciclo de utilização daqueles admiráveis solípedes do Sul do Brasil que tanto serviram à nossa civili-

*Planta da Cidade de São Paulo, pelo Dr. Carlos Rath (1854). Coleção do Museu Paulista.*

zação, e a Eschwege arrancaram verdadeiros ditirambos consagrados à sua vitalidade e resistência.

Santos, que em 1870 exportava 443.061 sacas de café, em 1880 passara a embarcar 1.204.328 e em 1889 mais do dôbro: 2.545.706.

Tudo isto se refletia em São Paulo, a princípio algo contrariado pelas pretensões de Campinas em sobrepujar sua capital política. Tal a importância da antiga São Carlos em 1872 que a sua receita municipal (49:650$) excedera a de Santos (48:520$) — quase atingira a de São Paulo (52:542$). E o valor econômico de seu município sobrepujava o de sua rival.

Não foi imediato o reflexo do opulentamento do interior sôbre a capital paulista, mas sensível o progresso desta desde a abertura ao tráfego da linha completa da *São Paulo Railway,* em 1867, e a extensão daí em diante jamais detida da viação férrea provincial.

Entre 1867 e 1872 não teria sido muito considerável o acréscimo da população paulistana, mas nos quatorze anos seguintes quase dobrou ela passando de 23.243 almas em 1872 a 44.030 em 1886.

Já então aí começara o grande surto imigratório europeu.

Iniciado pelo regente Vergueiro, na década de 1840 a 1850, tomara algum impulso na seguinte para depois declinar muito.

Mas, já nas vizinhanças de 1880, o lúcido Luís Couty assinalava quanto o espírito público paulista se inclinava para a imperiosidade do intenso povoamento da província por meio de

afluxo de grandes massas de imigrantes europeus. cujo rendimento de trabalho era incomparàvelmente superior ao dos escravos.

Convictos se achavam os paulistas de que a abolição era coisa iminente; assim preparavam a substituição intensiva do braço cativo pelo livre.

Pequena foi, até 1880, a corrente dos ádvenas encaminhada para Santos e composta de alemães, suíços e italianos.

De 1880 em diante enorme seria a preponderância dos imigrantes da península da bota. Nos três últimos anos da década imperial enorme seria o contingente itálico.

Se a maior parte de tal refôrço demográfico se localizava nas lavouras de café, boa percentagem se fixaria em São Paulo.

Foi o que permitiu que a cidade de 1872 a 1886 tivesse a população quase dobrada, apresentasse em 1890 um acréscimo na relação de 100 para 150 (64.934), população que dobraria ao cabo do decenio seguinte.

Assim, em vinte e um anos quase se lhe sextuplicava o número de habitantes (130.775 em 1893).

A ocorrência, no interior, das terríveis rajadas de febre amarela, em 1889 e 1892, trouxe notável cópia de elementos ao progresso paulistano devido sobretudo à transmigração de campineiros e ituanos abastados.

Em suma, beneficiara a São Paulo, imenso, a cultura cafeeira. Sem ela, continuaria estagnada. Sua hinterlândia não se teria povoado na escala em que tal se deu. Não seria o fixador de centenas de milhares de imigrantes que, em poucos anos, vieram criar extraordinário aumento de riqueza.

Seria, São Paulo, dada a similitude da colocação geográfica, uma segunda Curitiba, em ponto maior, não beneficiada ainda pela posse de um artigo de produção da maior importância mundial, qual o café, como agora ocorre.

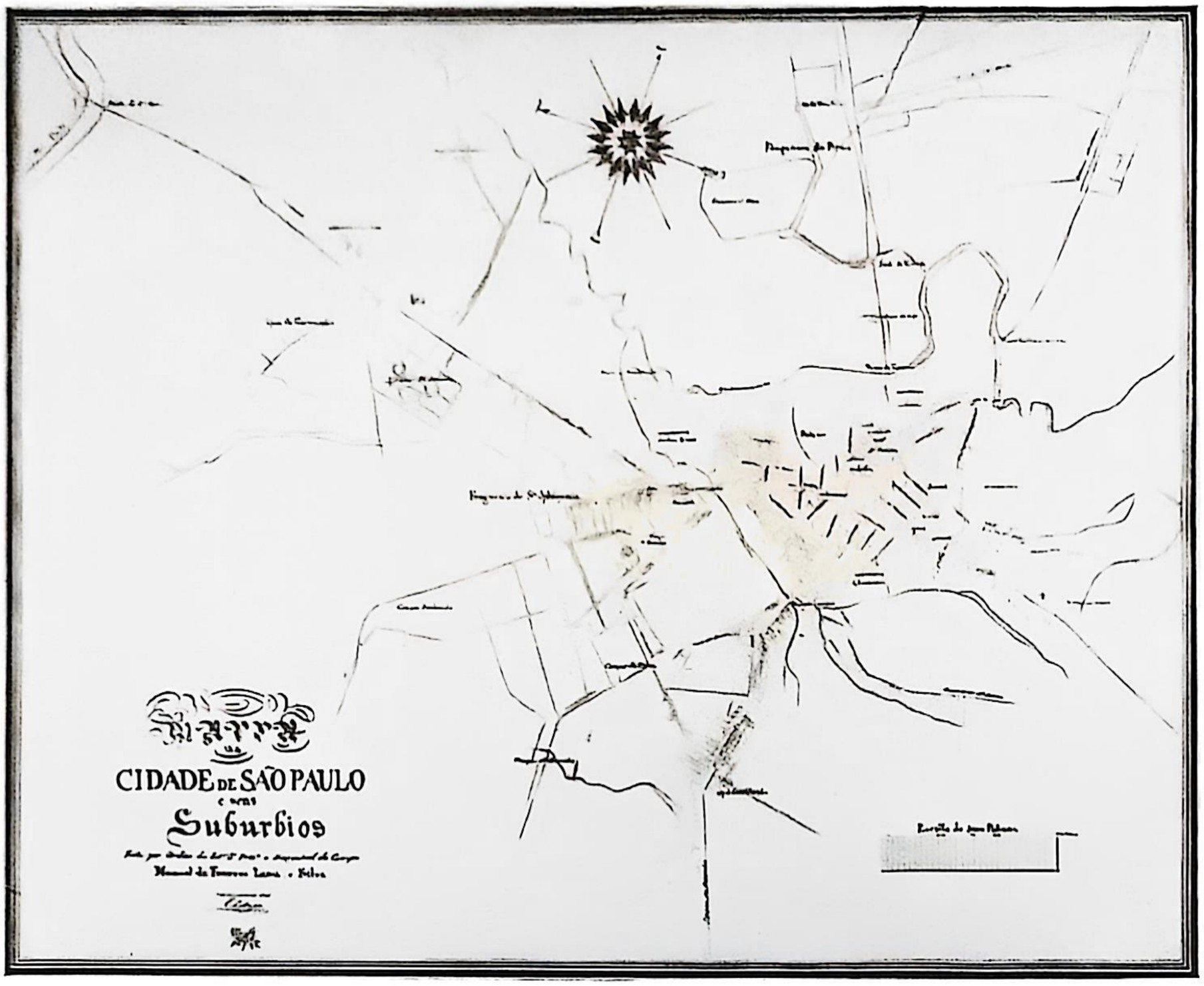
Sem o cafèzal a corrente imigratória outro rumo tomaria. Ela já encontrou os talhões da rubiácea, produzindo em larga escala, ao se fixar na província a que trouxe o magnífico contingente da operosidade, inteligência e ânsia de progresso e enriquecimento.

Uma vez entrado na via do desenvolvimento, tomaria São Paulo a embalagem espantosa que lhe daria, em 65 anos, uma multiplicação demográfica na proporção de um para cinqüenta. Decorreria tal fenômeno de um simples invento, o do anel de Zenóbio Gramme, ponto inicial, como ninguém ignora, da imensa carreira da ciência electrotécnica, aplicada à captação da energia e revolucionadora da civilização como um século antes já operara o gênio de James Watt.

A São Paulo traria a era do dínamo motivo de espantoso desenvolvimento. E agora a cordilheira marítima, que tanto isolara a vila e a cidade colonial e imperial e que tanto a afastara do convívio do mundo, passaria a ser a serviçal prodigiosamente prestimosa de sua arrancada de progresso.

Nascido em sua cumeada de Itaiaba o Tietê que tanto reagira à audácia dos seus navegantes, com a fúria das maretas de suas corredeiras e do tombo de seus saltos, passou a ser o oferecedor submisso de sua energia aos captadores de sua fôrça.

Veio a *São Paulo Light and Power* inicialmente trazer à cidade, sequiosa da propulsão para a incipiente indústria, os quilowatts provindos do velho Anhembi para no correr dos anos e graças ao talento criador de Aza Billings transformar a antiga muralha empecedora máxima do avanço paulista em admirável surto de progresso e civilização numa escala de ductilidade a que de longe não poderia superar a utilização das máquinas térmicas em região desprovida de combustíveis do subsolo.




*Planta cadastrada do centro da cidade de São Paulo, mandada executar pelo presidente da Provincia, Marechal Manuel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí (1844). Arquivo do Ministério da Guerra.*

Em expressivo simbolismo houve quem, em 1927, publicasse sugestiva alegoria em que se vê uma balança onde, em um dos pratos, o mais pesado, encontra-se um cafeeiro e noutro um arranha-céu, lembrando quanto o segundo dependera do primeiro. Passado um quarto de século muito natural seria que o confronto de tal alegoria pusesse ao lado do cafeeiro o dínamo dêle decorrente.

Ao passo que o último século da capitania e da província decorrera sem que grandes transformações sociais se observassem em São Paulo, caberia ao último têrço da era novecentista presenciar profunda mudança de costumes derrocadora das velhas usanças.

O retraimento, a tendência ao isolacionismo, constituíam as características principais da população planaltina, no consenso dos seus comprovincianos do litoral e dos brasileiros em geral.

Não estava a maioria dos paulistanos habituada ao contato com os estrangeiros.

Os primeiros viajantes alienígenas que a São Paulo vieram ter no século XIX trazem-nos referências assaz numerosas a tal respeito como em 1807 John Mawe, cuja presença causou verdadeira curiosidade aos piratininganos, dada a sua qualidade de inglês.

A sociabilidade mostrava-se limitada embora não tanto quanto pretendem certos julgadores prontos à generalização. Existem testemunhos diversos comprobatórios de que as reuniões da sociedade paulistana corriam animadas e brilhantes como Beyer depôs dos saraus

do Marquês de Alegrete, Saint-Hilaire e Eschwege dos de João Carlos de Oeynhausen; o *Mestrinho* do baile oferecido em 1828 à Marquesa de Santos, os correspondentes dos jornais fluminenses das grandes recepções homenageadoras de Dom Pedro II e da Imperatriz em 1846: Tomás Luís Álvares e D. Gertrudes Galvão de Lacerda; os saraus descritos por Francisco Otaviano e Álvares de Azevedo, etc.

Corria contudo a vida geralmente tediosa como aliás no resto do Brasil e a sociabilidade resumia-se a reuniões familiares limitadas, aos famosos chás tão falados em todo o Sul do país e dos quais resultaram muitos consórcios de estudantes de direito, de outras províncias, com paulistanas.

Realmente chamava a atenção a ausência de mulheres entre os transeuntes da cidade. Se algumas apareciam eram, em geral, pessoas de condição humilde ou de costumes menos rigorosos; às passeantes diurnas caracterizava o uso das mantilhas e rebuços que ainda em 1865 se assinalavam.

As procissões e outras festas religiosas davam ensejo a que se estabelecessem soluções de continuidade à vida retraída feminina.

Na série de quadros caricaturais dos costumes paulistanos que Ângelo Agostini em 1867 estampou no *Cabrião,* com desenvoltura para o tempo notável, vemos retratadas as mesmas cenas que Debret surpreendera no Rio de Janeiro quarenta anos antes. O mesmo "caminho da roça" carioca da família que ia à missa, reproduziu-o o caricaturista italiano, no ambiente paulistano.

O mesmo se dá com as cenas de visita familiares e outras. Os reparadores da segregação paulista, sobretudo os que se metem a escrever apressadamente sôbre nossas coisas nacionais, mostram ignorar quanto os costumes brasileiros pouco diferiam em São Paulo e no Rio de Janeiro. Afirma Gustave Aymard que o estabelecimento das linhas de bondes na capital do Império provocou súbita e enorme transformação nos hábitos femininos. Deixou o Rio de ser cidade de facies muito menos muçulmana. Ali até então como em São Paulo, senhoras de certa posição social só assistiam aos espetáculos teatrais nos camarotes. Nenhuma se atrevia a tomar uma cadeira da platéia.

W. Hadfield em 1868 observou que à récita a que assistiu haviam concorrido, no teatro São José, numerosas senhoras, bem vestidas, tal qual vira suceder nas principais capitais sul-americanas.

O teatro progredira notàvelmente. Ao passo que Saint-Helaire, Spix e Martius haviam assistido a verdadeiras borracheiras, representadas por atores e atrizes "pataqueiros" de ínfima categoria; quarenta anos mais tarde ocupavam o palco paulistano as melhores companhias de artistas nacionais como em 1865 a de Joaquim Augusto; tido como sucessor, aliás muito inferior, de João Caetano que êste nunca a São Paulo viera, naturalmente devido às dificuldades da viagem serrana.

Aos espetáculos perturbavam as chalaças e apóstrofes malignas dos espectadores mal-educados, interpeladores de pessoas de destaque de camarotes e platéia. Mas êste hábito grosseiro, emigrado da metrópole e corrente em diversos países europeus, era geral em todo o Brasil, e perdurou até o século XX.

Cenas como o conflito provocado pelas chufas endereçadas à Marqueza de Santos, defendida pelo segundo Martim Francisco, eram então coisas corriqueiras em tôdas as grandes cidades brasileiras.

O mesmo se dava com as brutalidades do carnaval, comuns em todo o Brasil, e talvez ainda em menor escala do que em muitas cidades hispano-americanas, no gênero do famoso entrudo de Lima.

*Rua da Cruz Preta, depois Rua do Principe, e, hoje, Quintino Bocaiúva (1862).*

No Rio de Janeiro provocou a indignada verberação de grande quantidade de viajantes do século XIX. Sabemos todos que êste selvagem divertimento imperou, soberanamente, até princípios do século XX desafiando as multas e a prisão acenadas, e não cumpridas, numa série de posturas reiteradas das nossas principais edilidades.

Um dos principais reparos feitos ao atraso dos costumes paulistanos das primeiras décadas imperiais referia-se à ausência de hotéis e albergarias.

Em 1819, e com espanto, anotava Saint-Hilaire a não existência de uma única hospedaria na capital da capitania onde só existia uma sórdida espelunca, o albergue do português Bexiga.

Nas vizinhanças de 1850 Ida Pfeiffer e Samuel Arnold queixavam-se da mesma ausência. Mas já em 1856 eram os hotéis três e em 1863 sete. Em 1865 gabava o Visconde de Taunay o excelente passadio do estabelecimento do francês Planet.

Vencera-se a extraordinária aversão dos velhos paulistas à promiscuidade das casas de hospedagem.

Com exação observa Afonso de Freitas que os paulistas, de antes de 1850, não teriam ânimo de se alojar em hotéis, receosos da infalível crítica de freqüentação de locais pouco decentes.

"A vida coletiva de tais casas feria-lhes a suscetibilidade, era incompatível com o regime de tacanho recato, cheio de reservas e retraimentos que só se abrandava após largo período de convívio, refratários, como eram, à sociabilidade convencional sem compreender convivência alheia à amizade e só permitindo expansões aos íntimos afetos."

A reserva traduzia-se pelo tratamento cerimonioso da segunda pessoa do plural não só entre os mais íntimos amigos como até de pais para filhos como entre irmãos. Com o

*Rua da Cruz Preta, depois, do Principe, e, hoje, Quintino Bocaiúva (1887).*

decorrer dos anos o *vós* e o *vosso* desapareceriam substituídos pelas flexões da terceira pessoa, correntes em quase todo o Brasil.

"As famílias não saíam à rua sem que as acompanhassem os respectivos chefes e só apareciam às visitas quando se compunham de senhoras. Os homens só eram recebidos exclusivamente pelos donos da casa."

Era esta aliás a regra geral no Brasil. Em 1842 levava o Conde de Suzannet a propósito de fluminenses e mineiros, a escrever considerações irritadas e depreciativas sôbre os brasileiros, a quem exprobrava vergonhoso atraso e o ferrenho despotismo dos homens sôbre as mulheres.

Segundo escreve Afonso de Freitas, tais praxes se tornavam em São Paulo demasiadas.

"O contato da mais leve cortesia, embora, da família paulista, com pessoas estranhas, tomava, até meados do século XIX, as proporções de liberalismo revolucionário."

Julga o autor paulistano que esta excessiva desconfiança "provinha dos ciclos centenários da colônia como conseqüência e ensinamento das extorsões e invídias do colonizador". De tal modo de ver discordamos, pois o regime mostrava-se homogêneo em todo o Brasil. E, até, durante mais de século e meio vivera São Paulo numa como que ampla autonomia, da qual os demais brasileiros não gozavam, protegidos pela situação topográfica e estratégica criada pela Serra do Mar.

Fôsse como fôsse, o sistema coletivo de vida hoteleira assumia aspecto da mais inconveniente e extemporânea das liberdades, como recorda A. de Freitas.

Esta aversão viria longa e atàvicamente como reflexo de hábitos antigos dos primeiros anos da vila, quando era esta a sede de distrito integralmente ruralista de pequenos lavra-

*Rua do Comércio (1862), hoje Alvares Penteado.*

dores vivendo, durante prazos maiores e menores, em suas casas da roça e só vindo à vila aos domingos e dias santificados. Por isto vivia ela deserta. Tal fato não era privativo de São Paulo e sim, a repetição do caso ocorrente em todo o Brasil não litorâneo.

Recorda Freitas que nas primeiras hospedarias e hotéis instalados em São Paulo só se alojavam forasteiros: "Para a maledicência provinciana as mulheres que aí aparecessem não poderiam deixar de ser pessoas de costumes fáceis".

Começaram a funcionar em 1852 restaurantes, mantidos por dois franceses, sem abrigo noturno porém. De 1855 em diante surgiram casas dando permanente hospedagem. Em 1857 existiam cinco que não passavam de pequenas estalagens. Os trabalhos da *São Paulo Railway* foram os determinantes do aparecimento de outras que acabaram "extirpando do prevenido popular a injustificada idiossincrasia".

Já por volta de 1865 se criticava em São Paulo o carrancismo de antanho do qual decorria a prática da hospedagem graciosa como preconceito social e com prejuízo econômico.

O seqüestro colonial das mulheres aos olhos dos estranhos à família continuou a dominar nos anos imperiais, em todo o país, em maior e menor escala. Certamente muito menos no litoral do que no interior das terras. Existia mitigado no Rio de Janeiro e muito menos nas outras cidades maiores e ferrenho nas mais remotas povoações do país.

A facilitação das comunicações trazidas pelas estradas de ferro, o avolumamento cada vez mais considerável do número de brasileiros que a navegação a vapor conduzia à Europa foram os grandes determinantes do abrandamento do ciúme semimuçulmano-ibérico que imperava no Brasil. E São Paulo integrou-se mais tarde nesta corrente de idéias em virtude de seu afastamento do litoral e da Côrte.

Precioso depoimento da transformação dos costumes paulistanos deu-nos *Junius* (Antônio de Paula Ramos Júnior) em suas *Notas de Viagem* (1882).

Trinta anos havia que êste autor não visitava a cidade onde se bacharelara. Ao modorrento São Paulo que deixara, encontrou, sobremodo admirado, outro cheio de movimento e animação. As semidesertas ruas de antanho só freqüentadas em dias festivos, viu-as cheias. Quando outrora as famílias só saíam de casa para procurarem parentes, escoltadas pelos respectivos chefes, agora perambulavam livremente desacompanhadas de tais cérberos. Não existiam anteriormente hábitos de passeio por diversão ou necessidade higiênica. Acorria agora a São Paulo numerosa população flutuante composta de paulistas do interior e de brasileiros de outras províncias.

Às ruas animava a passagem de bondes, carruagens e outros veículos.

Já não corriam os anos em que, no dizer de Vieira Bueno, precipitavam-se todos às janelas para divisar alguma da meia dúzia de seges existentes na cidade. A iluminação pública, a gás excelente, dissipava as trevas costumeiras das ruas de antanho, outrora desertas e agora transitadas.

Uma das coisas que mais surpreendeu o viajante foi a radical transformação operada nos hábitos femininos.

Senhoras já passavam sós, a passeio ou a compras, freqüentavam lojas de modas, ateliers de costureiras e confeitarias.

Progredira o comércio extraordinàriamente, novas especializações comerciais haviam surgido e as velhas casas se tinham modernizado melhorando notàvelmente não só o sortimento como as instalações.

Outrora se alguém se decidia a dar uma festa ou preparar um banquete precisaria, e com grande antecedência, abastecer-se de vitualhas e bebidas, freqüentemente encomendadas em Santos e até no Rio de Janeiro. Agora dentro de pequeno lapso preparava-se um festim, merecedor dos maiores elogios.

Um sôpro de progresso, cada vez mais acentuado, animava a capital paulista onde se encontravam os artigos da indústria moderna européia.

No São Paulo de 1850 inútil seria esperar encontrar comércio especializado em casas de brinquedos, músicas, pianos, óptica, marmoraria, etc.

# AS RUAS CENTRAIS E SECUNDÁRIAS. OS EDIFÍCIOS PRINCIPAIS DO SÃO PAULO IMPERIAL

É um dos escopos principais da presente obra, — como os leitores terão percebido, desde as primeiras linhas dos volumes que a êste antecedem, — é realizar a evocação dos aspectos do São Paulo de antanho por intermédio dos mais antigos depoimentos e da mais velha iconografia da cidade. Começa esta pràticamente a tomar pequeno vulto em 1810, com os rudimentares esboços de Rufino Felizardo e Costa antecessores das belas peças desenhadas por Tomás Ender em 1818, que apresentam reais características artísticas. O único documento anterior a êstes milésimos e até agora divulgado é o desenho de Dom Luís de Céspedes Xéria, que está no Arquivo General de Índias em Sevilha e data-se de 1628: o paço municipal de *"la vila de San Pablo en el Brasil"*, que em 1921 revelamos ao público. Divulgou-se, últimamente, a notícia da existência, no arquivo do Solar de Mateus, em Portugal, de um conspecto da cidade observado da Várzea do Carmo, em meados do século XVIII. Até agora (1953) encontra-se inédito.

A iconografia paulistana principia, pois, no primeiro quartel do século XIX e mantém-se escassíssima até a era da fotografia a saber até a segunda metade do século XIX. Anterior a ela existem pequenas contribuições como a de Miguel Benício Dutra, esta aliás sobremaneira preciosa e mais uma ou outra peça, muito escassa e isolada, às vêzes da mais alta valia, como no caso do panorama de Pallière que reproduzimos no nosso tomo primeiro. Os desenhos ilustradores da primeira planta impressa da cidade e que podem ser da autoria de Rufino Felizardo e Costa, datam-se talvez de 1810, mas só surgiram em 1841. E talvez provenham de Benício Dutra.

Até 1860, data em que nos aparece a providencial série de fotografias, aliás ótimas, de Militão de Azevedo, os arrolamentos de peças de iconografia paulistana mantêm-se insignificantes.

A interpretação das atas da Câmara Municipal dão-nos alguns elementos para a concepção do que seriam alguns dos principais aspectos urbanos da capital paulista.

Os grandes edíficios coloniais nas primeiras décadas imperiais, religiosos e seculares, conservavam o exterior imutável até 1881 quando, sob o govêrno de Florêncio de Abreu, êste presidente alterou fundamentalmente a facies do antigo colégio jesuítico, transformado, desde o século XVIII, em sede do govêrno da capitania e mais tarde na do da província.

O paço municipal continuou a ser o velho casarão de fins da era setecentista que só se derrubaria depois de 1940. Os templos coloniais do século XVIII, alguns, e de princípios do século XIX outros, não se alteraram por assim dizer.

*Rua do Comércio, hoje Álvares Penteado (1887).*

Revela a preciosa documentação de Militão de Azevedo quanto às ruas secundárias de São Paulo, mesmo as mais vizinhas das do Triângulo, mostravam edificação inferior à das três vias principais do Rosário, Direita e São Bento. Como vimos, no segundo tomo desta obra, a melhor construída era a Direita, cujos prédios tinham aparência mais nobre e homogênea, do que os da do Rosário, sobrepujando ainda bastante os da de São Bento.

As ruas secundárias, quais fôssem a do Ouvidor (José Bonifácio), Comércio (Álvares Penteado), Quitanda, Jôgo da Bola (Benjamim Constant), da Freira (Regente Feijó), do Príncipe (Quintino Bocaiúva — antigamente chamada da Cruz Preta), de São José (Líbero Badaró(, Boa Vista, Caixa D'Água (Barão de Paranapiacaba), São Gonçalo (depois do Imperador e hoje desaparecida, como as da Esperança e do Quartel incluídas no alargamento das Praças da Sé e Clóvis Bevilaqua), Carmo e Boa Morte, Flores (Silveira Martins) e Tabatingüera, Ladeira do Acu (São João), Casa Santa (Riachuelo). Possuíam em geral prédios muito mais modestos, salvo quando a um ou outro, excepcional. Dentre elas se destacavam pelas casas vistosas as Ruas do Ouvidor, Príncipe, Carmo, Comércio, São Gonçalo.

Se poucos ainda eram os sobrados na de São Bento, em maior número se mostravam na do Rosário e incomparàvelmente mais na Rua Direita. Apareciam salteados e em reduzido número nas demais ruas secundárias.

*Rua da Quitanda (1862).*

Assim na do Ouvidor notavam-se os dos irmãos Barão de Sousa Queirós e Marquesa de Valença. Na da Casa Santa a do irmão de ambos, Barão de Limeira. Na Rua do Carmo destacava-se a antiga e excelente morada do Brigadeiro Morais Leme passada a seu genro o Brigadeiro Gavião Peixoto, mais tarde à Marquesa de Santos e, subseqüentemente, à Mitra Diocesana que dela fêz o Palácio dos Bispos. É ela a última das grandes casas nobres existentes no centro de São Paulo e para o tempo representava magnífica morada. Destacava-se na Rua do Príncipe o sobradão do Comendador Cantinho; na Rua de São João o do Dignitário Sousa Barros e irmão dos Barões de Sousa Queirós e de Limeira, abaixo do Acu, do de Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, marido da Marquesa de Santos. À entrada da Rua Alegre via-se a grande distância o casarão de Miguel de Azevedo Barros, ainda hoje de pé, como o da Maçonaria à Rua da Tabatingüera.

Na Rua da Constituição (Florêncio de Abreu) avantajava-se o vasto casarão do primeiro Barão de Piracicaba, Antônio Pais de Barros, antiga residência episcopal. Na do Comércio da Luz, hoje Avenida Tiradentes, erguia-se em frente ao Mosteiro de N.ª S.ª da Luz a vasta residência do Barão de São João do Rio Claro, Amador Rodrigues de Lacerda Jordão, síndico do antigo recolhimento, hoje abadia das religiosas concepcionistas. Por sua morte casou-se sua viúva com o Barão, mais tarde Conde e Marquês de Três Rios. Era a filha do maior capitalista, talvez, da cidade, se não da Província, o Barão de Itapetininga. Residia éste em enorme sobradão à Rua de São José com parte da fachada sôbre a extremidade da Rua Direita e vizinhança da Igreja de Santo Antônio. Foi demolido por ocasião da construção

*Rua da Quitanda (1887).*

do Viaduto do Chá. Nesta estreitíssima Rua de São José era aliás a única casa de aspecto digno de destaque pois a ela emoldurava, quase de ponta a ponta, casario baixo e pobre.

À Rua do Carmo em face da ladeira e dominando a Várzea erguia-se uma casa de três andares, demolida recentemente e construída em princípios do século XVIII.

À Rua do Ouvidor existia ainda vasto prédio pertencente ao rico comerciante Tomás Luís Álvares, mais conhecido por Tomás Cruz. Nêle se realizou o grande baile oferecido pelos capitalistas da cidade aos imperadores durante a primeira viagem dêstes a São Paulo, festa ocorrida a 14 de março de 1846 em homenagem ao dia do aniversário da Imperatriz D. Teresa Cristina.

A Rua do Ouvidor, segundo Azevedo Marques, chamava-se a princípio do Senhor Governador porque nela se aposentara D. Francisco de Sousa, o sétimo governador-geral do Brasil, delegado régio de quem entre os paulistas ficara inapagável memória a mais prestigiosa.

Perdera o nome no século XVIII porque nela também residira o primeiro ouvidor da comarca de São Paulo, o Dr. Antônio Luís Pelja que, por sinal, bem mau nome deixara entre os seus comarcões. Mais tarde nela se erguera o enorme casarão do Brigadeiro Luís Antônio de Sousa, um dos mais opulentos vassalos do Brasil, em princípios do século XIX, e possuidor da maior fortuna da capitania.

A do Comércio, a princípio intitulada "da Misericórdia para São Bento", passou mais tarde a ser chamada da Quitanda Velha. Era medìocremente edificada e no século XVIII

*Rua da Tabatingüera (1862).*

abrigara o Paço Municipal. Nele possuíra o famoso ladravaz Sebastião Fernandes do Rêgo grandes prédios.

Manuel Cardoso de Abreu em seu *Divertimento Admirável,* escrito em 1783, mencionou os nomes de doze ruas. As de São Bento, Direita, Quitanda, Carmo ainda hoje conservam os antigos nomes. Não se refere às do Jôgo da Bola (Benjamim Constant) mas fala-nos das da Freira (Regente Feijó) das Casinhas (Tesouro) apontando uma Rua Nova do Guaçu que talvez fôsse o princípio da Avenida de São João. Não fala também da da Boa Vista.

Ao tempo do Morgado de Mateus, em 1765, a atual Rua Quintino Bocaiúva aparece designada como "do Canto da Misericórdia para o Campo da Fôrca". A da Freira, onde nasceu e residiu Diogo Antônio Feijó, já tinha êste nome. Mais tarde vemo-la designada como "do Secretário". Não sabemos quem hajam sido essa Freira e êsse Secretário.

A da Cadeia passaria posteriormente a chamar-se da Assembléia.

A mais tarde denominada da Esperança seria talvez em 1767, "a do Fonseca". Talvez também pudesse ser "a que principiava no Pátio de São Gonçalo (hoje Praça João Mendes) e ia até o largo". Sua paralela viria mais tarde a denominar-se de São Gonçalo e do Imperador, para desaparecer em virtude das enormes modificações ocorridas no Largo da Sé em princípios do século XX.

Em meados da era novecentista devia o centro de São Paulo, ser com pequenas alterações, o que fôra nos fins do período colonial.

Em 1843 fazia o Presidente, Conselheiro, depois Senador, Manuel Felizardo de Sousa e Melo, ver à Assembléia Provincial quanto se tornava urgente o estabelecimento de melhor iluminação pública, pois a existente vinha a ser deficientíssima. Não menos premente realizar-se a canalização do Tamanduateí, obra da qual se cogitava havia muitos decênios, e o enxugo da Várzea do Carmo. E ainda a criação de um cemitério público.

*Rua da Tabatingüera (1887).*

Seu sucessor, o Barão de Suruí (1844-1848), frisava quanto havia imenso a fazer na cidade em matéria de obras públicas; tais como novo calçamento das ruas, o reforço do suprimento de água potável, criação de mercado digno dêste nome, e a melhoria de condições da Cadeia Pública. Superlotada esta, impunha-se o término da construção da Casa da Correção, a primeira penitenciária fundada na província.

O Presidente Nabuco de Araújo, em 1851, apontava a péssima pavimentação das ruas e a conveniência essencial da canalização das águas potáveis aos chafarizes públicos por meio de tubos de ferro.

O mal das administrações municipais provinha da exigüidade das rendas de cidade, muito embora destinassem elas três quartas partes das parcas arrecadações ao custeio de serviços públicos.

E obras havia que secularmente constituíam verdadeiro sorvedouro de dinheiro, tais como a consolidação do morro sôbre o qual se assentava o Convento do Carmo, e a extinção da enorme voçoroca então chamada o *buracão do Carmo,* onde não se conseguia deter o corrimento das terras, apesar de numerosas tentativas, e as mais custosas, da engenharia do tempo. Ainda em 1860 não se resolvera êste problema, já contemporâneo dos capitães-generais setecentistas.

Tão reduzidas as rendas da municipalidade que contìnuamente vivia ela a apelar para o auxílio dos cofres provinciais como nos casos do atêrro do Buracão do Carmo, da contenção do corrimento de barreiras na Tabatingüera e fronteiramente ao Largo de São Bento, ao desecamento de tanques como os do Zunega (Largo de Paissandu) melhoria das condições do abastecimento de água, etc.

O Presidente Senador Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos em 1857 incitou a Câmara a edificar um teatro municipal, digno da capital da província. E ela lhe alegou não se achar capaz de realizar tal construção. Em condições de suma exigüidade encontravam-se o Paço

*Ladeira do Carmo e Aterrado do Brás (1862).*

Municipal e seu anexo, o cárcere. O sucessor de Vasconcelos, o Senador Fernandes Tôrres, empenhou-se muito em melhorar o calçamento, conseguindo bons resultados. Ativou a pavimentação da Rua de São Bento e das ladeiras convergentes para o Piques. Mas quantos entraves se ofereceram a tal obra! quanta discussão áspera e controvérsia a tal respeito!

A inspeção das fotografias de 1860 e 1862 mostra-nos quanto ainda era primitivamente rude, em geral, o calçamento do solo paulistano, constituído por pedras desaparelhadas, como as que se encontravam junto às sapatas das taipas das casas, a começar pelas do Pátio do Colégio.

Os desenhos do Barão de Tschudi, as vistas da Rua Direita, do Largo da Sé, do Pátio do Colégio, dão-nos perfeita idéia do que seria tal pavimentação. Em todo o caso já se revela um pouco melhor do que o que nos inculcam certos desenhos do Ender em 1818.

Pensamos, aliás, que o calçamento das maiores cidades do Brasil, a começar pelo do Rio de Janeiro, não apresentaria leitos de rua em muito melhores condições. Assim é que, de acôrdo com as notícias dos viajantes estrangeiros, o passeio a carro pelas ruas da capital brasileira era coisa de fazer deitar a alma pela bôca, conforme expressa o prolóquio popular. Enfim não era isto exclusivo privilégio brasileiro, pois se conta que Luís XVIII, em 1820, fazia-se veicular aos trancos sôbre pavorosa calçada da estrada de Paris e Versalhes. E o fazia propositalmente, para fins de massagem intestinal.

O regime de escoamento de águas pluviais mostrava-se em São Paulo o mais lesivo à conservação do calçamento e servia de pretexto a grandes despesas, minguadoras do orça-

mento de obras. Antiquado, obsoleto, a cada passo irracional, mostrava-se até nefasto como no caso da precipitação torrencial do famoso rêgo do Mosteiro de Santa Teresa.

Em 1860 o início da construção da "Inglêsa," a *São Paulo Railway*, como que deu ensejo a uma ativação de obras públicas urbanas, graças à presença dos engenheiros ferroviários.

Ia aliás anular-se o tremendo obstáculo empecedor, secular, do progresso da cidade e do planalto paulista o aspérrimo vencimento da Serra do Mar.

O Presidente Dr. João J. de Mendonça, em 1861, procurou melhorar as condições de abastecimento d'água e cogitou da criação de um corpo de bombeiros civis. Já por diversas vêzes estivera a cidade ameaçada de ver destruídos quarteirões do seu platô central, de ruas estreitas e casario velho.

Em seu período de 1862 a 1864, o enérgico e inteligente Padre Conselheiro Vicente Pires da Mota precisou promover a reconstrução do palácio presidencial, cujo estado era ruinoso.

Em 1864 inaugurou-se o primeiro bom teatro que a cidade contou, o de São José, aliás, sobremaneira inestético como aspecto externo.

Mas continuavam precários os serviços de abastecimento d'água e as câmaras sucessivamente apelavam para o auxílio dos cofres provinciais. Tal a carência do líquido que se pensava em estabelecer uma estação elevatória das águas, nada recomendáveis, do Tamanduateí, embora a opinião pública reclamasse a utilização dos mananciais da Serra da Cantareira.

Em fins do terceiro quartel do século XIX acentuou-se o surto do progresso da cidade.

Encetaram-se os trabalhos para o estabelecimento da iluminação pública pelo gás, obtido da destilação da hulha e canalizado domiciliarmente. E em 1871 organizou-se a Companhia de Carris de Ferro de São Paulo, cuja primeira linha de bondes seria a do Largo do Carmo à Estação da Luz. A 31 de março de 1872 inaugurava-se a iluminação pública, a gás, colocando-se, nas ruas e praças, setecentos combustores. Longe já se achava São Paulo dos anos em que não havia, em dezenas de mortiços lampiões de óleo, o que, agora, existia às centenas.

Inestimáveis serviços iria prestar à cidade o quadragésimo Presidente da Província Dr. João Teodoro Xavier de Matos, em seus quase trinta meses de govêrno, de 1872 a 1875.

Homem de brilhante inteligência e notável capacidade administrativa, caracterizava-se por uma série de excentricidades que se tornaram célebres entre os paulistas.

Prestou contudo os mais assinalados serviços à capital da província. Abriu ruas através de enormes chácaras, verdadeiros latifúndios urbanos, como a que tão justamente lhe recorda o nome unindo o bairro da Luz ao do Brás. Melhoraram-se as horrìvelmente maltratadas ruas dêste último bairro, agora convenientemente ligado ao centro urbano por meio de aterros, muito melhorados, sôbre os terrenos empantanados da Várzea do Carmo. Escoraram-se definitivamente os desabamentos do morro do Carmo. Construíram-se alguns edifícios públicos dignos de nota, etc.

Tornou-se convicção pacífica, entre os paulistanos, que o primeiro e verdadeiro urbanista de sua capital veio a ser João Teodoro, pelo decisivo impulso dado no caminho de obras de saneamento e aformoseamento, através de real compreensão de problemas, rara entre os governantes seus contemporâneos em seus efêmeros prazos presidenciais.

Como reflexo de tal melhoria de condições, nasceu uma corrente migratória de lavradores ricos do interior da província a procurar construir prédios domiciliares, temporários e permanentes, dignos de nota.

*Ladeira do Carmo e Aterrado do Brás (1887).*

Corajosamente pediu o benemérito governante à Assembléia Provincial que lhe concedesse permissão para lançar um empréstimo de 650 contos de réis, soma muito elevada para o tempo e a província. Visava levar a efeito a realização do abastecimento domiciliar de água numa época em que, das três freguesias urbanas, duas, a de Santa Ifigênia e a do Brás, estavam privadas do suprimento, sendo que êste ainda era de todo insuficiente no próprio centro da cidade.

Sujeitava-se a população ao uso do líquido de muito má qualidade, mal tratado e muito mal resguardado da poluição, o que provocava graves surtos de febres tífica e paratífica.

Em 1875, segundo afirma o autorizado Antônio Egídio Martins, em seu *São Paulo Antigo,* trouxe a falência do Banco Mauá consideráveis prejuízos à economia paulista e inesperada conseqüência. Dos particulares apossou-se grande receio de inversão de capitais em casas bancárias. Daí resultou notável interêsse pela construção de prédios e o conseqüente desenvolvimento dos bairros da capital onde começaram a surgir boas residências em avultado número.

A 8 de junho de 1877, inaugurava-se a linha férrea que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro, circunstância causadora de acréscimo considerável de alento ao progresso paulistano.

Tratou-se, sèriamente, do problema capital de se dotar a cidade de distribuição domiciliar de água e da colocação de uma rêde de esgotos, prosseguindo-se a obra encetada por João Teodoro.

Sério empecilho a que a cidade se expandisse, homogêneamente, para o lado do oeste, vinha a ser a existência da escarpa do Vale do Anhangabaú. O vencimento das íngremes encostas fronteiras convertera-se em obstáculo positivo a esta expansão.

Durante a presidência do Conselheiro Laurindo de Brito (1879-1881), contratou-se com o empreiteiro Júlio Martin — francês de grandes serviços prestados ao progresso cultural paulista — a construção de um viaduto sôbre o profundo vale. Tão premente a construção desta ponte que, em face dos óbices criados pelas dificuldades financeiras, propunha o próprio Martin fazer-se grande atêrro por cujos bueiros passariam as águas do ribeirão afluente do Tamanduateí.

Contra êste projeto expendiam os cautelosos as restrições provenientes da reprodução das súbitas e volumosíssimas precipitações pluviais, como a que ocorrera em 1.º de janeiro de 1850. Não resistiriam as terras do atêrro ao empuxo de uma tromba d'água.

Contemporâneamente, prosseguiam ativamente os trabalhos para o aproveitamento dos ótimos mananciais da Cantareira. Já em 1881, havia uma rêde construída, de mais de 20 quilômetros.

Em 1881, alvorotou-se a cidade com as obras determinadas no mais velho, dentre os seus maiores edifícios, o palácio da presidência, o ex-colégio seiscentista da Companhia de Jesus.

Destruiu-se uma das alas do bissecular cenóbio e modernizou-se a fachada da, que se conservou, segundo cânones de medíocre estética. Infelizmente foram estas obras realizadas da maneira mais sôfrega e atabalhoada, daí provindo sérios danos aos arquivos da província que no velho palácio se conservavam.

Crescia São Paulo, ràpidamente, como reflexo do progresso do interior da província, causado pela imensa dilatação das lavouras cafeeiras. Novas linhas de bondes se construíam ou prolongavam-se. Em 1883 corriam os veículos sôbre trilhos que chegavam à Ponte Grande e ao Largo de Santa Cecília. E cada vez mais se alargava a área da cidade servida pela rêde tranviária.

Em 1873, segundo o excelente *Almanack* de João B. de Luné e Fonseca, existiam em São Paulo doze irmandades e duas ordens terceiras, três igrejas protestantes, várias sociedades literárias, jurídicas, beneficentes, artístico-musicais, clubes familiares. E, ainda, quatro lojas maçônicas.

Três agremiações filantrópicas havia, alemãs, e uma portuguêsa, a de Beneficência, três colégios, particulares, brasileiros para meninos e cinco para meninas; uma escola americana e três alemãs. Além da caixa filial do Banco do Brasil, funcionavam uma agência do Banco Mauá e duas casas bancárias. Contavam-se 44 capitalistas e 39 proprietários abastados.

Nos róis dos que exerciam profissões liberais, figuravam 28 advogados, 12 médicos e cirurgiões, dos quais, 4 estrangeiros, 3 dentistas (2 dos quais estrangeiros), 10 engenheiros civis e 1 parteira diplomada, estrangeira, aliás.

Oito vinham a ser os farmacêuticos, oito os professôres de piano e canto e três de "música marcial", três de línguas, um de desenho, três de primeiras letras, dois os fotógrafos.

Ao comércio representavam casas de comissão, 13; atacadistas de fazendas, 4; de ferragens, 5; lojas de fazendas, 26; de fazendas e perfumarias, 5; de roupas feitas, 9; de chapéus, 5; de modas, 4, tôdas francesas; couros, arreios e colchões, 2; armarinhos, 6; lojas de calçados, 6;

*Ladeira e Rua de São João (1887).*

de móveis, 10; de louças, 9; de quadros e molduras, 3; de artigos de papelaria, 2; 3 eram os mascates. Depósitos de materiais de construção funcionavam três.

Livrarias só se conhecia uma, a de Anatólio Luís Garraux, mas uma senhora francesa, M^me^ Guilhem, dirigia um gabinete alugador de livros.

Um único comerciante vendia música, Henrique Levy, mas não exclusivamente, pois, também negociava em perfumes. Existiam um único marmorista e um único madeireiro. No bazar do inglês Fox, vendedor de instrumentos ópticos e musicais, ao lado de calçados e arreios, vendiam-se sementes de flores e hortaliças. Havia já quem em seu armazém oferecesse gêneros norte-americanos. Os negociantes de louças também comerciavam em molhados.

Os varejistas de secos e molhados, também negociantes em fazendas, chegavam a seis, dezesseis eram os empórios de vulto, apontando-se uma casa especialista em vinhos "estrangeiros e nacionais". Os pequenos varejistas vinham a ser 193. Entre êles apareciam quinze nomes alemães, um ou outro inglês, francês e italiano.

Entre os artífices arrolou J. B. de Luné 16 alfaiates, 7 costureiras, 2 cabeleireiros, 11 barbeiros, 22 sapateiros, 1 tamanqueiro, 2 tintureiros, 3 vidraceiros, maquinistas ferreiros, 2; canteiros, 3; serralheiros, 2; 10 funileiros; 1 tanoeiro, 1 espingardeiro, 2 caldeireiros, 10 carpinteiros e mestres-de-obras, 2 curtidores; pedreiros, mestres-de-obras, 5; pintores de paredes e forradores de papel, 3; 10 contavam-se as olarias.

*Largo e Rua do Brás, hoje Avenida Rangel Pestana (1862).*

A lista dos "armadores de anjos de gala" para procissões e festividades arrolava duas senhoras e cinco homens. Dois fogueteiros, representavam a pirotecnia local.

A apenas nascente indústria paulistana assim se discriminava: fábricas de chapéus de sêda, castor e lebre, de tôdas as qualidades, 4; de chapéus de sol, 1; fundição de ferro e bronze, 1; oficinas de marcenaria, 17; de objetos de correaria, especialmente arreios, 6; torneiros de madeira e metais, 2.

Existia uma única serraria a vapor, uma fábrica de bilhares, quatro de seges, duas de carroças, uma de livros em branco. Três encadernadores ofereciam serviços.

Cinco se contavam as tipografias de certa importância, e sete as de mais modestos impressores tipográficos. Duas litografias as secundavam. Oito contavam-se as relojoarias, tôdas de estrangeiros, quatro as oficinas de douradores e prateadores.

Hotéis já havia seis, confeitarias duas, assim como casas de pasto. Dois os cafés, um botequim apenas. Três as cervejarias, duas as fábricas de licores, uma de chocolate, doze as padarias, e seis as refinações de açúcar, além de uma fábrica preparadora de chá.

Funcionavam uma fábrica de cerveja, duas de vinagre. Seis viticultores produziam vinho.

Sete os negociantes de ouro e prata e pedras preciosas, joalheiros e ourives, existindo ainda um encarnador e dourador de imagens.

Seis bilhares se contavam, uma casa de banhos públicos, dez cocheiras alugadoras de animais, carros e seges e duas emprêsas funerárias.

A indústria de fumo se representava por três fábricas de charutos, duas de cigarros e mais duas de tabaco canjica (rapé?).

Contraste notável com estas cifras tão modestas poderia dentro em breves anos oferecer uma publicação oficial cheia de probidade e inteligência.

Em 1888, imprimiu-se um *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística* e do qual foi relator o Dr. Adolfo Pinto.

*Largo e Rua do Brás (1887), hoje Avenida Rangel Pestana.*

Constitui memorável trabalho, não só para o tempo como, ainda hoje, merecedor de subido louvor.

Consubstanciando os dados do recenseamento geral da província, realizado a 30 de setembro de 1886, valeu-se a comissão da oportunidade para reunir os mais volumosos dados de tôda a espécie, estatísticos e descritivos da província sob numerosos e dos mais variados pontos de vista, constituindo como que verdadeira pequena enciclopédia, referente às condições provinciais em 1886.

Verificou a Comissão que a população paulista passara de 837.354 almas, em 1872, a 1.221.394, em 1886.

A do município da capital sofrera a seguinte alteração: a das quatro freguesias urbanas (Sé, Santa Ifigênia, Consolação, Brás), subira de 19.347 almas a 38.997, mais do que dobrara portanto; a das freguesias suburbanas (São Bernardo, Penha e Ó) de 6.693 a 8.700. Assim às 26.040 de 1870 contrapunham-se as 47.697 de 1886. E dado o contínuo afluxo de imigrantes, calculava-se que a 31 de dezembro de 1887, contaria a cidade 60.000 habitantes.

Com o extraordinário desenvolvimento dos últimos anos, haviam os limites urbanos sido ultrapassados pelas edificações que se multiplicavam por tôda parte, dilatando consideràvelmente o antigo perímetro.

Na parte central dominava o velho feitio documentador do defeituoso sistema da edificação colonial, com a acanhada visão de proporções, sem plano, nem regularidade, como em 1889, observaria o viajante francês Alfredo Marc. Mas era indubitável que a capital paulis-

*Rua Alegre (hoje Brigadeiro Tobias, lado da cidade) — 1862.*

ta já apresentava, sob o ponto de vista da edificação notáveis melhoramentos, revelando assinalado progresso na arte arquitetônica.

Oferecia feição mais moderna e mais agradável aspecto.

Em 1887 contava 7.012 prédios, dos quais 479 de dois pavimentos e 14 de três, cujo valor locativo correspondia a um têrmo médio, anual, de 423$926 rs. Desde 1872 beneficiava à população a iluminação pública e particular a gás. Existiam nos logradouros públicos 1.307 combustores e 1.430 casas desfrutavam de tal regalia. E estava em via de se empregar a iluminação elétrica, ainda por tôda parte tão escassamente difundida.

Fôra muito melhorada a pavimentação. Achavam-se as principais vias públicas calçadas por paralelepípedos de granito. Haviam algumas praças e ruas recebido arborização. E trabalhava-se no vencimento do profundo Vale do Anhangabaú por grande viaduto metálico, o que beneficiaria, imenso, o vasto e plano bairro do Chá.

As linhas de bondes, ligando o centro aos bairros da Liberdade, Mooca, Brás, Luz, Santa Cecília, Consolação, contavam um desenvolvimento total de 25 quilômetros e o movimento anual, considerável, de um milhão e quinhentos mil passageiros.

Desde 1883 recebia a cidade a excelente água dos ribeirões da Cantareira por meio de canalização de ferro numa extensão de 14 e meio quilômetros.

Distribuíam-se em 1887, diàriamente, dois milhões de litros a 4.155 prédios e a seis chafarizes públicos, havendo possibilidades para se dobrar, imediatamente, tal distribuição.

Crescia diàriamente a rêde de esgotos, cujo coletor terminal se despejava no Tietê a um quilômetro a jusante da Ponte Grande. Tal rêde utilizava materiais como de melhores não

*Rua Alegre (hoje Brigadeiro Tobias, lado da Luz) — 1862.*

se conseguiria na época dispor. Já 4.767 prédios mais da metade do total da cidade, valiam-se do imenso confôrto decorrente de tal melhoramento.

Afirmava Adolfo Pinto: "Assim como o serviço de abastecimento de água, o sistema de esgotos de São Paulo é o melhor possível. Nenhuma cidade do Brasil e muito poucas da Europa poderão competir com a capital paulista nestes dois ramos da hidráulica urbana".

Atingira o progresso outro serviço público, o do fornecimento de carne fresca, outrora tão defeituoso. Em 1887 instalara-se o matadouro municipal em edifício recente, dispondo de acomodações adequadas ao abate diário de 50 bovinos, 30 suínos e 5 ovinos.

Continuando a descrever o progresso paulistano, assinalava A. Pinto o bonito ajardinamento do largo fronteiro ao Palácio do Govêrno, a construção da Tesouraria Geral da Fazenda, na mesma praça, a que destacava grande beleza arquitetônica; o chamado Monumento do Ipiranga, grandioso edifício em construção, destinado a comemorar a proclamação da independência nacional e a abrigar um estabelecimento de instrução superior; o novo Hospital da Santa Casa de Misericórdia, no bairro do Arouche, notável pelas proporções, solidez e elegância; o vasto Seminário Episcopal, na Luz, o grande Teatro de São José, remodelado e muito melhorado, a Hospedaria de Imigrantes, dispondo de vastas acomodações e situada no Brás; o Hospital da Beneficência Portuguêsa, o Liceu do Sagrado Coração de Jesus, etc.

Entre os edifícios dignos de menção recordava os do Tesouro Provincial, o Palácio Episcopal, antigo solar da Marquesa de Santos, o antigo Convento de São Francisco, recentemente reformado, sede da Faculdade de Direito e seu Curso Anexo, a Penitenciária da Luz, funcionando aliás desde 1852, o Hospício de Alienados, da Várzea do Carmo, o novo teatro de 1873, o Mercado Municipal, o Mosteiro de São Bento e o Convento do Carmo. Dignas de atenção vinham a ser ainda as estações ferroviárias da Luz e do Brás, o Quartel de Linha, o Seminário das Educandas.

*Rua Alegre, hoje Brigadeiro Tobias (1887).*

Entre as doze igrejas citadas várias desapareceram com a nova urbanização da cidade a começar pela da Sé Catedral.

Existiam no município da capital paulista 9.133 fogos, o que dava uma média de 5,2 por casa. Destas, 2.926, 32 por cento, pertenciam aos chefes das famílias nelas habitantes.

Preciosa tabela de preços correntes, em 1886, anexou-se à descrição da cidade, demonstrando a imensa elevação do custo da vida nos últimos quase sete decênios. Lembremos alguns itens dêste quadro, dentre os mais significativos. Valia o quilograma de carne fresca de vaca 320 réis, em têrmo médio, e a de porco 800 rs. O litro de arroz 400 rs. e o de feijão 410 rs., o de milho 400 rs., o quilograma do café moído 1$100 rs., uma galinha 650 rs., um peru 5$000 rs., uma dúzia de ovos 500 rs.

Tratando das artes e ofícios, conta-nos o *Relatório* que o município de São Paulo contava as seguintes oficinas: de sapateiros, 105; alfaiates, 82; carpinteiros, 14; marceneiros, 26; ferreiros e caldeireiros, 32; serralheiros, 5; seleiros e carroceiros, 7; relojoeiros, 13; ourives, 2; pintores, 4; chapeleiros, 4; encadernadores, 4; estofadores, 1.

Quatorze eram as tipografias, duas as marmorarias, quatro as chapelarias, trinta e seis os salões de barbeiros e cabeleireiros.

Pela tabela dos salários máximos ficamos sabendo que os mais altos jornais cotavam-se a sete mil e seiscentos réis para os ajustadores; sete mil réis para os tipógrafos, entalhadores, modeladores; seis para os maquinistas, chapeleiros e pintores; cinco para os alfaiates, can-

*Rua Alegre, hoje Brigadeiro Tobias (1887), lado da Luz.*

teiros, caldeireiros, ferreiros, funileiros, torneiros, estucadores; quatro para os cabeleireiros; 4$500 rs. pediam os sapateiros, pedreiros e carpinteiros. Três mil e quinhentos ganhavam os calceteiros, 3$000 os foguistas e barbeiros, 2$500 os carroceiros e trabalhadores não especializados "camaradas".

Mas havia muitos operários vencendo diárias muito menores, ajustadores a 5$000 e tipógrafos, 3$000. Dos empregados domésticos o salário mensal oscilava entre 25 e 60$000 para um cozinheiro; entre 20 e 40$000 para um copeiro. Venciam os oficiais barbeiros entre 60 e 80$000 e os cabeleireiros entre 60 e 120$000.

Às profissões liberais representavam 58 advogados, 40 médicos, 8 engenheiros, 10 dentistas. Publicavam-se em São Paulo 11 periódicos dos quais 6 diários. Destas fôlhas 8 se estampavam em português.

Existiam 80 escolas públicas primárias, das quais 33 masculinas com 1.319 alunos e 47 femininas, com 1.238. Funcionavam também muitas outras primárias, particulares, brasileiras, e ainda italianas, alemãs e inglêsas.

Além do Curso Anexo à Faculdade de Direito, de humanidades, existiam numerosos colégios. O Seminário Episcopal contava quatrocentos estudantes. Destacavam-se ainda o Seminário de Educandas, a Escola Normal, formadora de professôres primários, o Liceu de Artes e Ofícios, mantido desde 1873 pela Sociedade Propagadora de Instrução Popular, com cêrca de 600 alunos, artistas e operários na maior parte, e o Instituto D. Ana Rosa,

mantido pela Associação Protetora da Infância Desvalida, fundada pelo Barão de Sousa Queirós. Além de escola primária era instituto profissional de tipografia, ferraria, sapataria, funilaria e pintura. O Liceu do Sagrado Coração de Jesus, recém-fundado pelos salesianos, prometia os melhores resultados.

Índice de progresso era o movimento postal. Em 1886 realizara 5.765.556 expedições para a província e 2.331.906 para o resto do império e fizera 122.418 expedições de correspondência estrangeira. Avultado o saldo do movimento postal.

Funcionavam em fins de 1887 oito bancos, dos quais dois inglêses. Apresentavam as seguintes cifras do movimento de fundos:

| | | |
|---|---|---|
| Dinheiro em caixa ..... | 4.056 | contos e fração |
| Desconto de letras ..... | 9.588 | " " " |
| Empréstimos ..... | 21.307 | " " " |
| Valores caucionados ..... | 37.030 | " " " |
| Depósitos a prêmio ..... | 25.453 | " " " |

Negociavam-se na Bôlsa de São Paulo, além dos bancários, 24 títulos de sociedades anônimas, dos quais 9 de companhias ferroviárias, três de seguros contra fogo e três de engenhos centrais açucareiros.

As rendas municipais paulistanas no qüinqüênio de 1881-1886 haviam subido bastante.

| | |
|---|---|
| 1881-1882 ..... | 201:137$ |
| 1882-1883 ..... | 244:639$ |
| 1883-1884 ..... | 265:517$ |
| 1884-1885 ..... | 255:781$ |
| 1885-1886 ..... | 337:621$ |
| Total do qüinqüênio: | 1.304:695$ |

Com o imenso desenvolvimento da exportação cafeeira lucrava Santos do modo mais considerável havendo arrecadado neste mesmo período um pouco mais: 1.317:541$000. Campinas, que disputara a São Paulo a primazia, já vinha muito atrás com 459:034$000.

Longe corriam os anos em que a receita municipal paulistana fôra humilhada pela competição efêmera das de Bananal e Ubatuba. No exercício de 1886-1887 arrecadaria São Paulo, 380:980$000 rs.

Os confrontos dos dados dos almanaques de São Paulo, entre o primeiro de 1856 e os dos fins do império traz-nos interessantes depoimentos sôbre o notável progresso da cidade.

Assim, quanto às profissões liberais:

| | *1856* | *1889* |
|---|---|---|
| Advogados ..... | 17 | 102 |
| Médicos ..... | 12 | 47 |
| Engenheiros ..... | — | 33 |
| Dentistas ..... | 3 | 10 |
| Farmacêuticos ..... | 4 | 26 |
| Oculistas ..... | 1 | 5 |
| Professôres de música ..... | 8 | 19 |
| Professôres particulares de línguas e ciências: ..... | | |
| Colégios (masc.) ..... | 5 | — |
| Colégios (fem.) ..... | 2 | — |
| Pintores decoradores ..... | 4 | — |

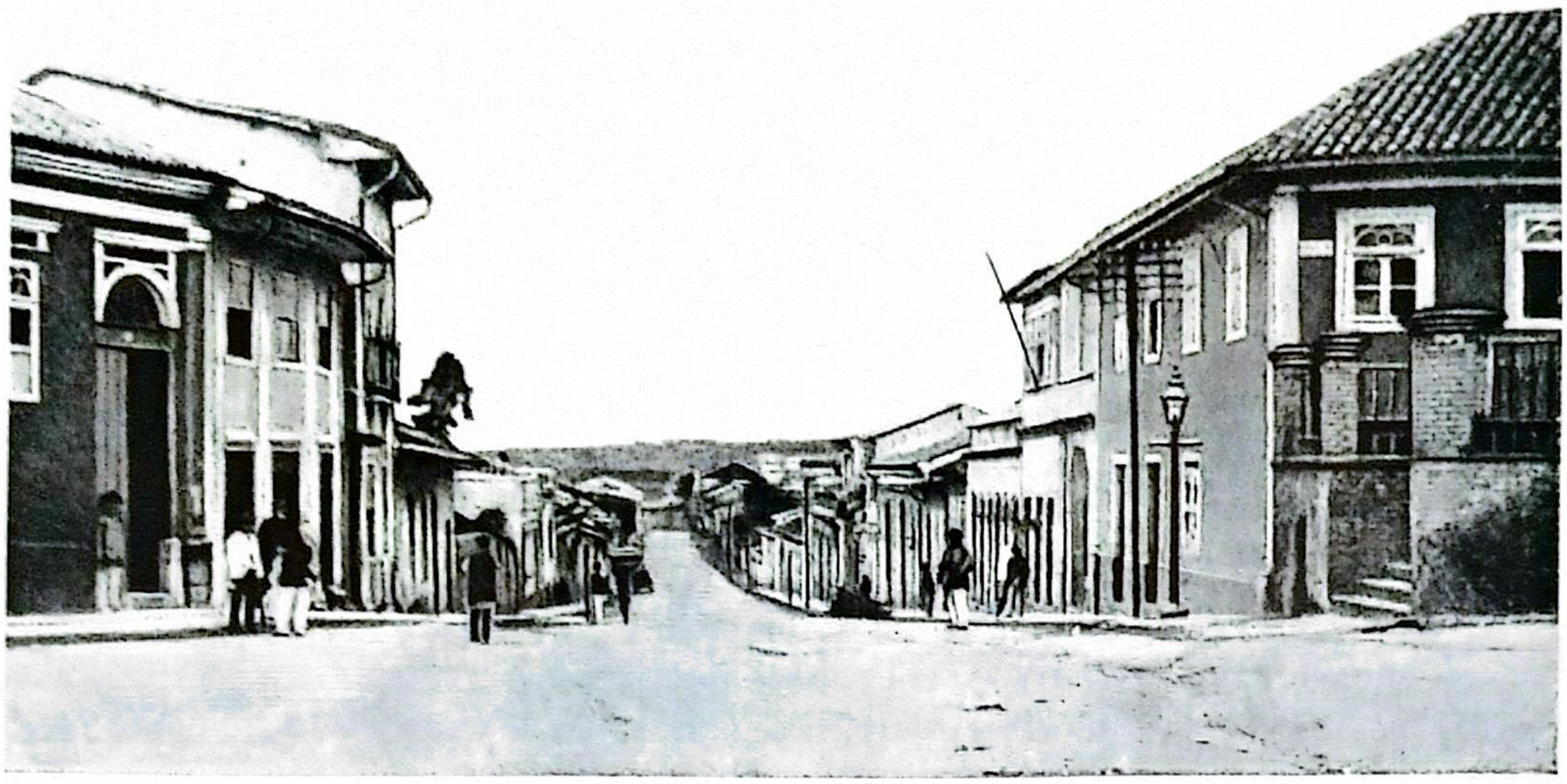
*Principios da Rua da Glória (1862).*

Apresentavam os estabelecimentos comerciais aumento também considerável.

| | *1856* | *1889* |
|---|---|---|
| Lojas de fazendas | 50 | 78 |
| Armarinhos | 3 | 28 |
| Casas de ferragens | 17 | 39 |
| Casas de louças | 5 | 8 |
| Livrarias | 2 | 5 |
| Encadernações | 1 | 5 |
| Ourivesarias e joalharias | 10 | 15 |
| Sapatarias e calçados | 18 | 54 |
| Alfaiatarias | 14 | 38 |
| Chapelarias | 6 | 16 |
| Charutarias | 2 | 24 |
| Selarias | 5 | 5 |
| Colchoarias | 2 | 9 |
| Tinturarias | 3 | 7 |

Quanto às casas de comestíveis fôra o acréscimo também o mais sensível.

| | *1856* | *1889* |
|---|---|---|
| Açougues | 10 | 34 |
| Casas de secos e molhados | 84 | 297 |
| Tabernas | 62 | — |
| Padarias | 6 | 40 |
| Cafés | 1 | 26 |
| Hotéis | 3 | 16 |



*Principios da Rua da Glória (1887).*

Quanto a artífices notava-se o seguinte, em relação às diversas profissões:

| | *1856* | *1889* |
|---|---|---|
| Ferreiros, serralheiros | 10 | 27 |
| Fogueteiros | 2 | — |
| Caldeireiros | 1 | 5 |
| Funileiros | 3 | 11 |
| Fogueteiros | 2 | 2 |
| Fundidores | 1 | 3 |
| Carpinteiros, mestres-de-obras | 11 | 17 |
| Ferradores | 3 | 5 |
| Douradores | 5 | 5 |
| Curtidores | 3 | 4 |
| Alvidores | 2 | 3 |
| Pedreiros, mestres-de-obras | — | — |
| Relojoeiros | 4 | 25 |
| Entalhadores | 4 | — |

Ao passo que o almanaque de 1856 nos refere a existência em São Paulo da mais sumária indústria, como seja a presença de apenas 3 tipografias, 2 fábricas de velas, 2 cervejarias, 2 fábricas de carroças; já em 1889 se arrolam 5 fábricas de águas gasosas, 2 de gêlo, 18 refinações de açúcar, 3 fábricas de bilhares, 1 de malas e canastras, 2 de caixas de papelão, 13

cervejarias, 3 fábricas de velas de cêra, 4 de chapéus, 2 de luvas, 1 de meias, 5 de guarda-chuvas, 1 de cola, 3 fundições de metais, 1 lenharia, 7 fábricas de licores, 3 de louças, 5 de macarrão, 1 de fósforos, 2 de sabão e velas, 9 serrarias e carpintarias a vapor, 4 fábricas de tecidos, 2 de doces, 5 de vinagre, 17 oficinas tipográficas, 2 fábricas de livros em branco, 4 oficinas mecânicas, 2 fábricas de pedra artificial.

O comércio já conhecia especialidades inteiramente desconhecidas em 1856, como fôssem artigos para viagem, pesca, carnaval, lojas de bandeiras, brinquedos, chá, cêra e sementes, colêtes, artigos de engenharia, cirurgia, farmácia, odontologia, laboratório, casa de estofadores e tapeceiros, instrumentos de música, máquinas agrícolas e industriais e de costura, aparelhos de óptica, casas de papéis, molduras e estampas, lojas de paramentos, de pianos.

Ao único daguerreotipista de outrora haviam sucedido cinco fotógrafos.

# O MOSTEIRO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA LUZ E SEU FUNDADOR FREI ANTÔNIO DE SANT'ANA GALVÃO

É geralmente sabido que o Mosteiro de Nossa Senhora da Luz na capital paulista procede de uma fundação do século XVI realizada por um casal de povoadores quinhentistas, patriarca e matriarca de incontável descendência em dias de hoje: Domingos Luís, alcunhado o *Carvoeiro,* por ser nascido no lugarejo chamado Marinhota, freguesia de Santa Maria da Carvoeira, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e sua espôsa Ana Mamacho, ambos falecidos em São Paulo, ela em 1615 e êle em 1613.

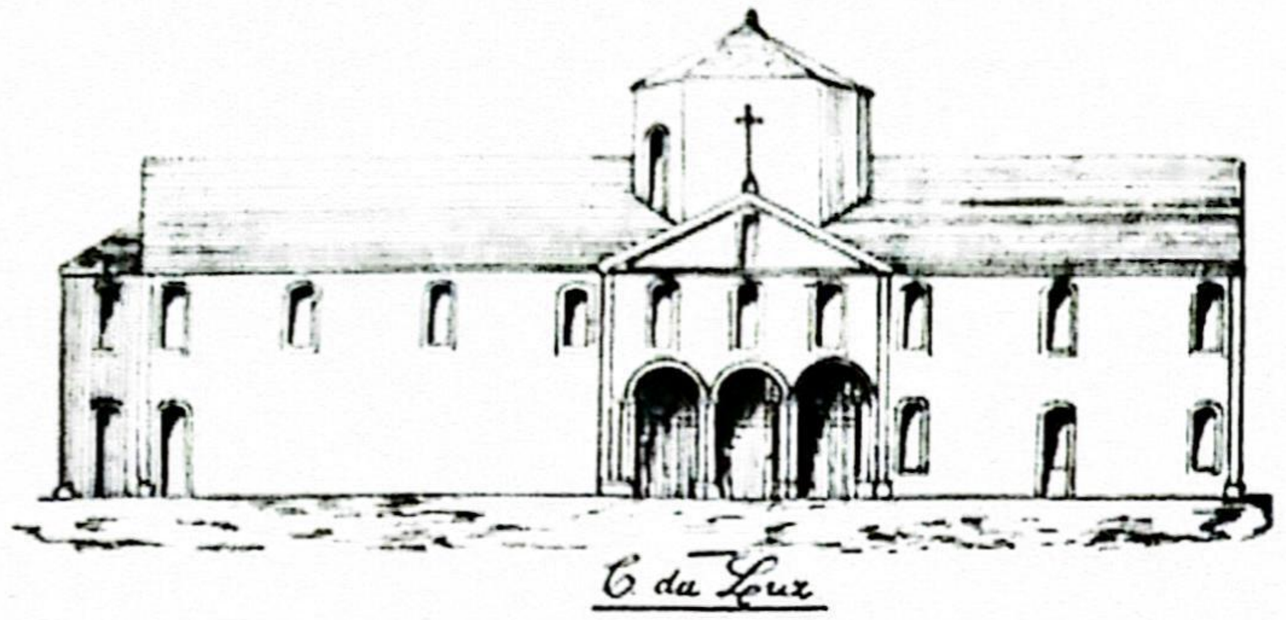
Segundo Américo de Moura, deve Domingos ter chegado a São Paulo nas imediações de 1575. Era filho de Lourenço Luís e Leonor Domingues. Em 1579 vemo-lo contratar a obra inacabada da Matriz de São Paulo. Em 1583 obteve carta de chão dentro da vila. Estava em 1584 afazendado no Caminho do Mar em terras do Ipiranga. Ainda não era porém "homem da guovernansa da terra". Almotacel em 1585, vemo-lo em 1596 "vereador de barrete". Em 1598 contratou com Luís Álvares a construção do corpo da Matriz e em 1599 foi o "obrigado" do corte da carne. Era então homem abastado, possuidor de sobrado em frente à matriz, senhor de escravaria e importante fazenda.

Nesta haviam, êle e a mulher, erigido uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Luz que, antes de 1598, transferiram para o Guaré dando assim origem ao nome que até hoje se atribui ao Bairro da Luz.

Vereador, novamente, em 1607 foi o Carvoeiro em 1609 eleito fintador para as obras do Conselho e tesoureiro da Irmandade da Misericórdia da qual veio a ser provedor em 1611. Enviuvando em 1613, casou-se novamente com Branca Cabral, filha de Pedro Álvares Moreira Cabral. Pouco depois falecia. Teve sete filhos do primeiro matrimônio e nenhum do segundo.

A biografia de Ana Camacho é, como de esperar, mais obscura que a do marido, dada a sua qualidade de dona à moda romana a saber: ficava em casa criando os filhos. Era mamaluca, como bisneta de João Ramalho e Bartira, portanto trineta de Tibiriçá, o cacique guaianás de Inhambuambuçu, cognominado "o primeiro cidadão de São Paulo". Não se sabe como se chamava sua avó, a filha de João Ramalho que Américo de Moura supõe haja sido Antônia Quaresma, referida no testamento paterno e da qual os linhagistas nada puderam até agora descobrir.

Aos piedosos fundadores quinhentistas iria São Paulo dever, com o decorrer dos séculos, fundação da maior importância e valia, como documento arquitetônico da era colonial, ímpar em tôda a extensão do território paulista, e como instituição do maior relêvo piedoso e relicário de tradições católicas além de sede de uma dulia do maior prestígio, consagrando uma




*O Mosteiro da Luz ao tempo de Frei Galvão. Desenho do Capitão Rufino J. Felizardo e Costa, do Real Corpo de Engenheiros (1810).*

memória da mais alta veneração não só, e especialmente, no Estado de São Paulo como em larga área do nosso território nacional.

Dos sete filhos do casal do Carvoeiro e Ana Camacho, dos quais três homens, deixaram seis enormes proles cujo levantamento fêz Silva Leme com a argúcia e a probidade caracterizadora de seu feitio integral. De um dos filhos, Miguel Luís, nada se conseguiu descobrir.

De duas das filhas Leonor Domingues e Bernarda Luís procedem numerosíssimos netos. Basta lembrar que a primeira, casada com o castelhano Jusepe de Camargo é a matriarca dos Camargos. A segunda, espôsa de Amador Bueno de Ribeira, *Aclamado* o "rei dos paulistas" tornou-se a ascendente da maior parte dos Buenos brasileiros.

Na enorme descendência do Carvoeiro avultam alguns dos nomes mais ilustres do bandeirantismo como os dos dois Anhangüeras, dos Camargos do povoamento de Minas Gerais, dos Maciéis descobridores e povoadores do Cuiabá e de Mato Grosso. E coincidência curiosa: foi seu quinto neto Salvador de Oliveira Leme, alcunhado o *Sarutayá,* o famoso capitão-mor de Sorocaba, que construiu o Mosteiro de Santa Clara em Sorocaba, cenóbio pertencente à ordem das Concepcionistas, como a abadia cujos primórdios decorrem da fundação de seu antepassado.

Durante decênios estêve a Capela de Nossa Senhora da Luz do Guaré sob a administração dos seus fundadores e dos descendentes déstes.

É portanto a mais antiga das fundações religiosas de São Paulo devidas a seculares, porquanto as que a precederam foram realizadas pelo clero regular e secular. Acresce ainda a circunstância de se tratar de instalação, sem solução de continuidade quanto à permanência nos chãos da primitiva localização.

Falecidos Domingos Luís e Ana Camacho, passou o encargo da fundação ao filho de ambos, Antônio Lourenço, trespassado em São Paulo em 1658. A êste sucedeu o filho, Manuel Cardoso, falecido em São Paulo e em 1675. Errôneamente apôs-lhe Pedro Taques um Almeida ao nome.

Instituiu êste um morgado entre "cujos bens e regalias se encontrava a Capela de Nossa Senhora da Luz, situada na vizinhança e subúrbio da Cidade de São Paulo, na estrada do Guaré".

*O Mosteiro da Luz, visto de longe (1880?)*

Transmitiu Manuel a administração a seu filho Francisco. Por morte dêste coube ela a seu neto Filipe Cardoso de Campos, genro do grande bandeirante Francisco Pedroso Xavier.

Conta Pedro Taques que Filipe "viveu muito abastado em minas de Goiáses nas suas lavras minerais no sítio do Ferreiro". Mas como fôsse pródigo, acabou arruinado. Viúvo e sem filhos, procurara então, "com resignação católica, servir a Nossa Senhora da Luz como legítimo neto do terceiro protetor, tomando o hábito de ermitão".

"Empossado dos móveis da Capela da Senhora da Luz, entrou em obras cercando aquêle sítio com muros. Fêz casas para os romeiros, com uma horta, para a qual introduziu uma levada de água para a regar, conduzida do Anhangabaú. Levantou o frontispício da capela e realizou outras muitas obras, filhas de seu cordial afeto, zêlo e acertos."

Há nestes informes de Pedro Taques contradição com uma escritura transcrita no Livro Tombo da Abadia de São Bento em São Paulo e lavrada em Itu, a 12 de janeiro de 1729. Por esta escritura Filipe Cardoso, por si e sua mulher Maria Pedrosa, assistidos por seu filho primogênito Francisco doaram à Ordem de São Bento a Capela de Nossa Senhora da Luz.

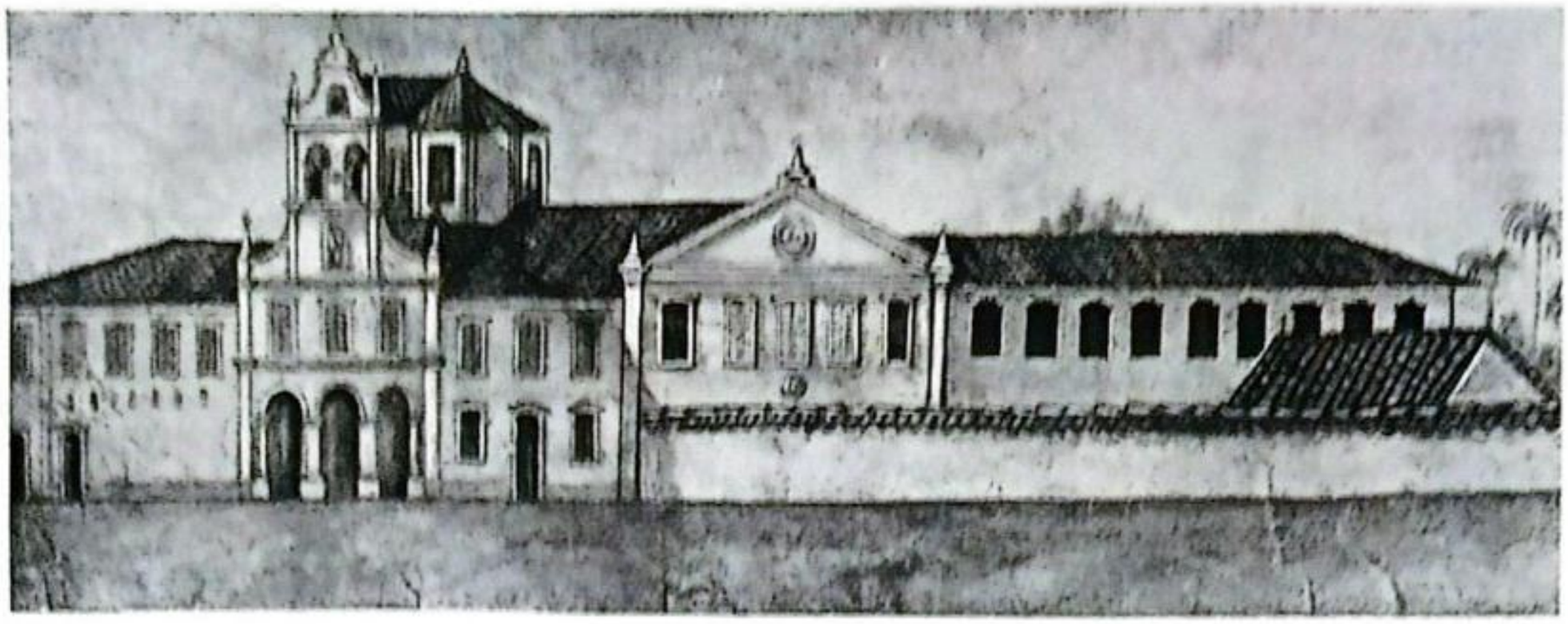
Declararam que "em outro tempo tivera grande culto a dita capela e ermida e fôra de grande devoção dos fiéis, moradores da Capitania de São Paulo".

"Entretanto, pela ausência do seu administrador, Filipe Cardoso, passara a ficar sempre fechada, não havendo quem dela tivesse cuidado. Daí decorrera achar-se muito danificada e em têrmos padecer ruína e seus ornamentos e mais pinturas, ou perdidos ou em mau estado."

Assim queriam doar a capela aos monges de São Bento que ali teriam contínua assistência, reservando-se para si e seus sucessores, porém, tôdas as honras que, por direito e costume, eram devidas aos padroeiros das igrejas e capelas, tais como missas e direito à sepultura.

Assim, pois, em 1729 era Filipe Cardoso casado e com filhos.

E como as primeiras minas goianas são de 1725 e a doação data-se de 1729 quando poderia ter sido Filipe o ermitão da Luz?



*O Mosteiro da Luz em 1835, segundo um original de Miguel A. Benício da Anunciação Dutra.*

É possível que os benefícios a êle alegados por Pedro Taques hajam sido levados a efeito por seu pai ou avô e o engano tenha decorrido de um lapso de memória ou de informação do linhagista ilustre.

Mas o Mosteiro de São Bento, de São Paulo, não tinha comunidades numerosas; pelo contrário. Assim, não podendo manter na Luz o religioso permanente exigido pela doação, desta resolveu abrir mão.

Achava-se pois desamparada a fundação quinhentista do Carvoeiro quando o Capitão-General D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, Morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo de 1765 a 1775 resolveu restaurá-la. E esta fundação realizou-se em 1774 (1).

Precederam-na circunstâncias decorrentes da atuação de dois religiosos da mais alta piedade e reputação. Uma, a carmelita do Recolhimento de Santa Teresa, o primeiro e então único convento paulista de mulheres, Irmã Helena Maria do Sacramento e outro o seu confessor, o franciscano Frei Antônio de Sant'Ana Galvão, nascido em Guaratinguetá em 1739, sacerdote do mais alto prestígio nos meios paulistas, graças à vida de religioso exemplar que lhe angariara extraordinário renome.

Declarou a carmelita a Frei Galvão que fôra alvo de revelações sobrenaturais, dela exigindo que se esforçasse por fundar na cidade de São Paulo segundo cenóbio feminino.

Longe de se deixar tomar por sôfrego entusiasmo pelas confidências de sua penitente, principiou Frei Galvão por não lhes ligar grande importância.

Prudente e reservado, só anuiu aos desejos de sua confessanda depois de aturadamente examinar e estudar os fatos dela sabidos, e ouvir a tal respeito os teólogos de nomeada, integrantes do clero paulista.

Reconhecidas por autênticas e sobrenaturais as revelações de Irmã Helena, deu-lhe Frei Galvão licença para encetar a obra, auxiliando-a com a sua adesão integral.

Conseguindo-lhe a permissão, endereçou Madre Helena ao Capitão-General D. Luís Antônio de Sousa, um requerimento datado de 14 de novembro de 1773, sobremodo humilde e piedoso, solicitando a indispensável vênia para levar avante a obra que reafirmava lhe ser imposta.

(1) À extrema gentileza do Exmo. Sr. Conde de Mangualde e Vila Real devemos o obséquio do conhecimento da efígie de seu ilustre antepassado o morgado de Mateus.

*D. Luis Antônio de Sousa Botelho e Mourão, morgado de Mateus (1722-1798). Capitão-general, governador da Capitania de São Paulo (1765-1775) e fundador do Mosteiro de Nossa Senhora da Luz.*

*O Mosteiro de Nossa Senhora da Luz. Fachada sôbre a Avenida Tiradentes.*

Merecera tal iniciativa, aliás, o mais vigoroso apoio do Cônego Dr. Manuel José Vaz, vigário capitular da Diocese, então em sede vacante com a morte do Bispo Dom Frei António da Madre de Deus Galvão, reputado teólogo e pregador.

Deferiu o capitão-general a piedosa súplica no dia de Natal imediato, depois de ouvido o governador do bispado, aceitou a sugestão e o patrocínio da fundação, que vinha ao encontro de seus planos relativos à Ermida da Luz. Fê-lo em troca de uns tantos favores espirituais, para si e a sua casa fidalga. Desde muito era aliás o Morgado devoto concorrente à velha e semi-arruinada ermida do Carvoeiro.

Já desde alguns anos fizera ali celebrar a festa de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira do seu solar de Mateus em Portugal. Achava-se o sítio "muito abandonado, destituído e envelhecido pela grande antiguidade dos anos decorridos" e o capitão-general ali despendera grandes somas reformando paredes, abrindo portas, renovando todo o madeiramento, como lembrava à Câmara de São Paulo a 19 de novembro de 1773 a lhe comunicar o seu projeto piedoso.

Entregou D. Luís Antônio as chaves da capela a Frei Galvão e êste, durante quase meio século passaria a ser o sustentáculo impertérrito da fundação, por vêzes longa e perigosamente periclitante.

A ascética fundadora, a Irmã, mais tarde Madre Helena, pouco viveria no meio de sua nova e pequenina comunidade, falecendo a 23 de fevereiro de 1775 "santamente, deixando

*Fachada oriental da Igreja de Nossa Senhora da Luz, imaginada primitivamente por Frei Galvão para servir de frontispício ao templo.*

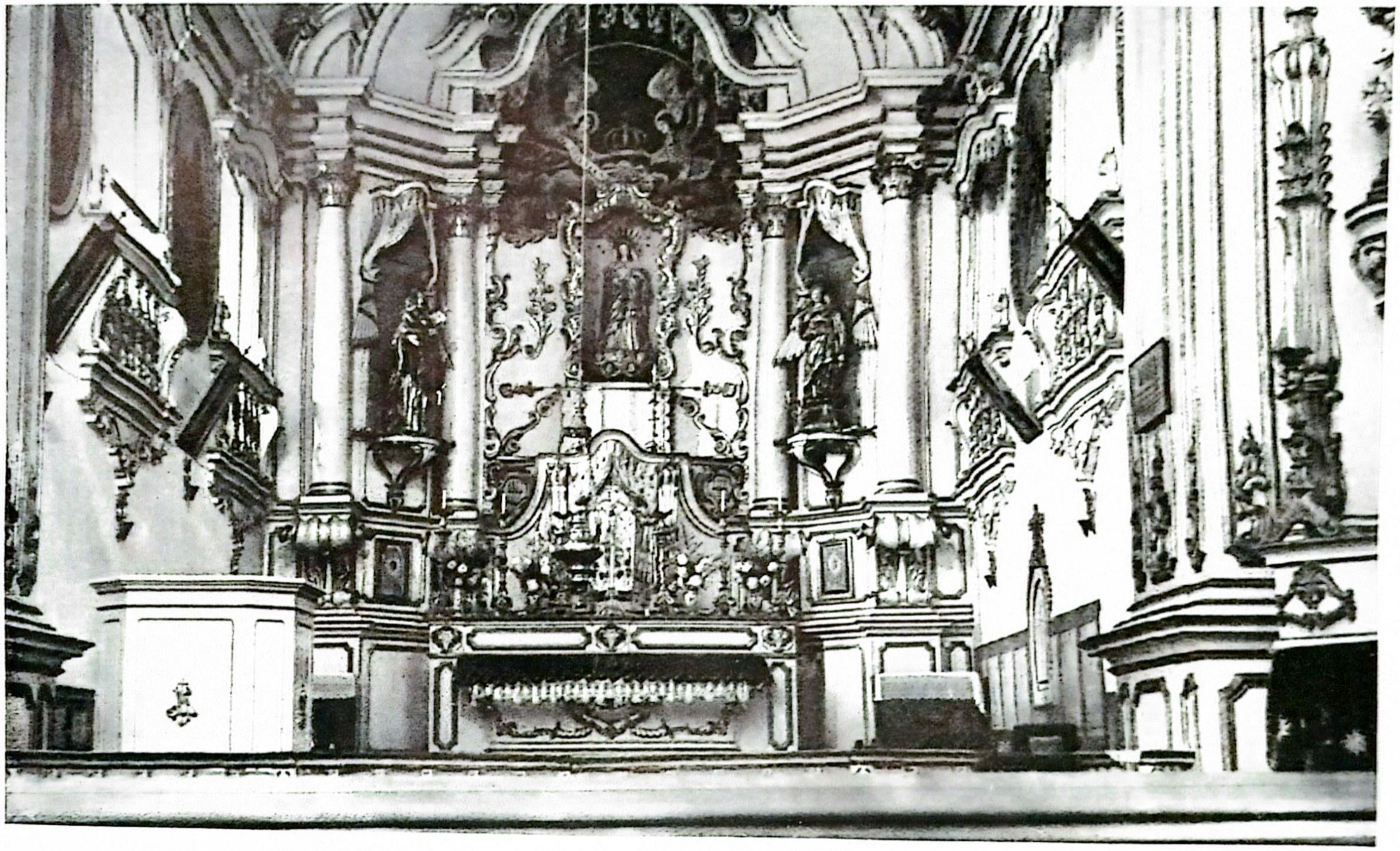
suas filhas espirituais ainda crianças na vida espiritual, e ao venerando fundador, privados de seu apoio e auxiliado de suas luzes".

Poucas semanas após a cerimônia de 2 de fevereiro de 1774, instauradora do novo cenóbio, fizera solene entrada em sua cidade episcopal de São Paulo o terceiro Bispo da Diocese D. Frei Manuel da Ressurreição. Foi quem à Irmã Helena impôs o hábito branco das religiosas da Imaculada Conceição.

Em tôda a capitania não seria possível, ao capitão-general e ao prelado, encontrarem pessoas mais indicadas para o govêrno do recém-fundado cenóbio do que a carmelita, sua inspiradora, e seu diretor espiritual Frei Antônio de Sant'Ana Galvão.

Vida extraordinária, realmente, a dêste franciscano, nascido em Guaratinguetá, e no ano de 1739, filho legítimo do capitão-mor da vila, Antônio Galvão de França, português, e de Isabel Leite, procedente dos mais velhos troncos dos povoadores vicentinos. Por seus avoengos Meciuçu e Salvador Pires descendia de João Ramalho e de Bartira.

Depois de haver estudado na Bahia, no famoso seminário jesuítico da Cachoeira, resolvera em 1760 fazer-se franciscano. Ordenado sacerdote, no Rio de Janeiro, passara a viver em São Paulo, no convento de sua ordem, onde foi porteiro, guardião e comissário da Ordem dos Terceiros Franciscanos, dia a dia crescendo a extraordinária reputação de suas virtudes heróicas.



*Capela-mor e altar-mor da Igreja Abacial de Nossa Senhora da Luz.*

*Imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, existente no altar-mor da Igreja Abacial do Mosteiro da Luz.*

*Imagem seiscentista de Nossa Senhora da Luz pertencente ao Mosteiro.*

Apenas incumbido da direção do minúsculo e paupérrimo recolhimento, empenhou-se Frei Galvão, corpo e alma, em transformar o humílimo cenóbio em amplo mosteiro.

E conseguiu-o no decurso de quase meio século de constante e árduo trabalho.

Era, desde muito, intuito do Morgado de Mateus estabelecer, em São Paulo, mediante a necessária licença régia, "um recolhimento de mulheres, devotas da Divina Providência, para orarem continuamente diante do Santíssimo Sacramento, havendo, também, no seu convento "acomodação para as pessoas da capitania que quisessem viver santamente". Comunicando tal resolução ao Senado da Câmara de São Paulo, pediu-lhe que expendesse o seu modo de ver a tal respeito.

E a resposta lhe veio imediata. Atestou o consultado que a ermida se achava em ruínas e o capitão-general a reedificara. À sua devoção exclusivamente se devia obra de tamanho custo.

Ali estabelecera como regente a Madre Helena Maria do Sacramento, religiosa de Santa Teresa, monja de exemplaríssima vida. A ela haviam acompanhado diversas devotas, tôdas dignas de veneração. No recém-instaurado cenóbio praticava-se contínuo *laus perenne* ao Santíssimo Sacramento como de tal eram cientes todos os paulistanos.

Por determinação do Bispo Dom Frei Manuel da Ressurreição, aliás franciscano, deveria o novo recolhimento ser adaptado à Ordem das Concepcionistas franciscanas.

Aplaudindo a iniciativa do Morgado, declarou a Câmara que a nova fundação era e seria muito útil aos paulistanos. Servia de acomodação a muitas mulheres desejosas de viver santamente. Ali poderiam agremiar-se porque não se lhes exigia dote algum. Nenhuma perturbação causava o recolhimento, e causaria, às famílias e ao povo de São Paulo. Acrescia ainda que a nova fundação, situada muito perto da cidade, constituiria motivo de breve passeio visitá-la. Tanto assim que já se edificara uma rua de casas em sua direção. Servia, pois, "de ornato e recreação e ocasião de devoção às pessoas que iam ter ao campo da Luz, diàriamente, e especialmente aos sábados. E além de tudo determinava a criação de um ponto novo onde se celebrariam missas, coisa de grande conveniência aos moradores da redondeza.

Nesta ordem de idéias, pois, da fundação declarava ser "muito santa, muito útil e muito conveniente".

Assim sucedendo "oferecia êle, Senado da Câmara de São Paulo, por si e seus munícipes, ao Ilmo. e Exmo. Sr. Capitão-General tôdas as faculdades e licenças necessárias não só para fundamentar o recolhimento, como para adiantar-lhe as obras e tudo fazer que julgasse útil para o bem de sua novel fundação.

A 2 de fevereiro de 1774, inaugurou-se o novo instituto, solenemente, presentes o Morgado de Mateus, Frei Galvão, o ouvidor da comarca, o governador da diocese, alguns clérigos e numerosas pessoas gradas.

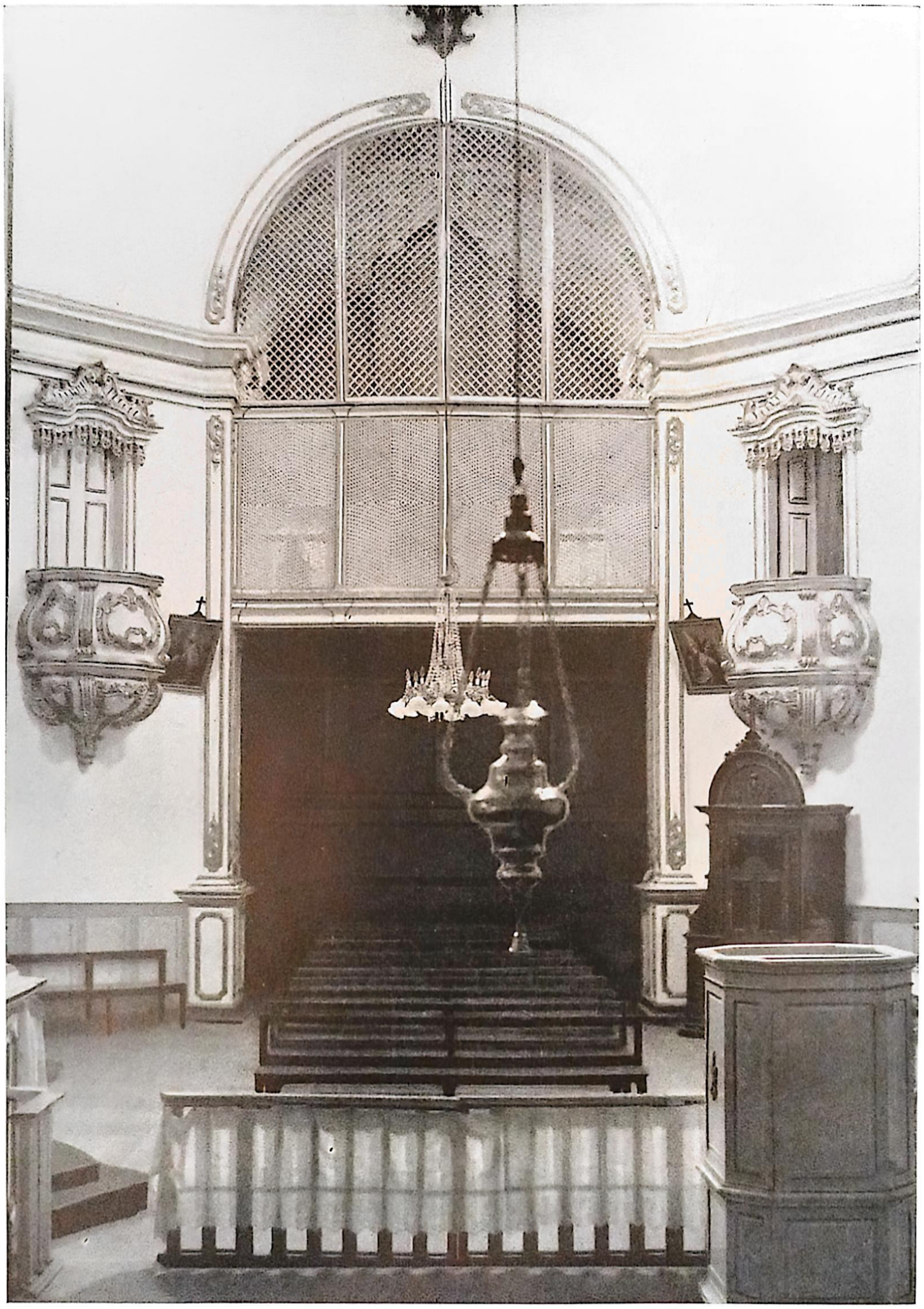
A declaração do bispo de que o recolhimento seria oportunamente adaptado à ordem das Concepcionistas Franciscanas procedia de uma medida de prudência, visto como, com a reinante perseguição pombalina às ordens monásticas, não poderia o novo cenóbio ser verdadeiro convento, no sentido jurídico da palavra. Assim às novas congregadas não seria permitido emitirem votos religiosos, mas sòmente viverem ao modo das religiosas recolhidas, com plena liberdade de deixarem o recolhimento quando o quisessem.

Daí proveio ser chamada a nova casa *Recolhimento* e as Irmãs *Recolhidas* ou também *beatas,* sendo que êste têrmo não possuía, naquele tempo, certo sentido pejorativo que geralmente lhe dão hoje. Designava as congregadas que não podiam ser chamadas religiosas nem monjas ou freiras, por lhes faltar a condição característica do estado religioso; os votos de pobreza, obediência, castidade e clausura.

Descrevendo os estabelecimentos mais importantes de São Paulo, menciona Pedro Taques "o recolhimento das beatas de Santa Teresa".

A adaptação das da Luz consistia no envergarem o hábito azul e branco distintivo da Ordem Concepcionista. Viveriam, quanto lhes permitissem as circunstâncias, segundo o espírito e finalidade da mesma ordem, compendiados na vida contemplativa de oração e clausura, e no culto particular à Imaculada Conceição.

Não era tal estado espiritual o mais perfeito para um convento, mas encerrava o máximo compatível com os tempos, adversos ao monarquismo. Advindo outros melhores, aperfei-



*Tribuna do côro das monjas dando para a nave da Igreja abacial.*

*São João Evangelista. Painel da Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Luz.*

çoaria o cenóbio suas condições legislativas e canônicas, incorporando-se perfeitamente à Ordem à qual apenas se ajustara.

Tal aperfeiçoamento só ocorreria em 1929. 155 anos após a fundação, graças à atuação decisiva da primeira abadêssa, Madre Oliva Maria de Jesus, apoiada pelo Arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva.

Decorridos oito meses da fundação, já a novel comunidade contava nove membros; a 8 de setembro de 1774 foram estas postulantes revestidas do hábito da Imaculada Conceição pelo Bispo D. Frei Manuel da Ressurreição. Madre Maria Helena professou oito dias mais tarde, ficando constituída superiora da comunidade.

Tratou o Morgado de Mateus de questão essencial à vida de sua fundação: a constituição do património do recolhimento.

*São Mateus Evangelista. Painel da Capela-mor do Mosteiro da Luz.*

Por carta de 7 de maio de 1775 assinou uma sesmaria, doando, em nome de Sua Majestade, e ouvidos o Procurador da Coroa e a Junta da Real Fazenda, ao novo "Recolhimento de Nossa Senhora dos Prazeres do Campo da Luz" um cercado murado de taipas e também tôdas as outras terras que se achassem devolutas fora dêle. Fazia-o a rôgo do Capitão José Gonçalves Coelho, "procurador de tôdas as utilidades do Recolhimento" e pelo fato de a Igreja do mesmo achar-se de posse muito antiga do cercado. Visava a doação entregar ao convento "as terras de que precisava para cultivar suas lavouras" tendo em vista a sustentação do dito recolhimento, nada, aliás, existindo no requerimento do Capitão Coelho que oferecesse alguma dúvida.

As terras doadas o eram sem prejuízo de terceiros e ofensa de qualquer direito, e o procurador das recolhidas delas tomaria posse mandando confirmar a carta de sesmaria pelas autoridades régias. Declarou o D. Morgado de Mateus assim agir em virtude de uma ordem de Sua Majestade datada de 15 de junho de 1771.

Constava a doação de larga superfície cercada de taipas e também de tôdas as terras que dêle se achassem fora e, naturalmente, devolutas.

Não conhecemos documentos que permitam a exata localização e extensão de tal patrimônio. Contudo, pelas vendas e doações feitas posteriormente pelo mosteiro, deduz-se que compreenderia o largo espaço hoje ocupado pelos quartéis da Fôrça Pública do Estado de São Paulo, sendo êste terreno declarado de utilidade pública e desapropriado, em 1873, pela quantia de 18 contos de réis. Compreendia ainda vários lotes que se estendiam da Rua João Teodoro à de São Caetano e às proximidades do rio Tamanduateí. E além de outras áreas, os chãos hoje ocupados pelo quartel do 2.º Batalhão da milícia estadual.

Dos primeiros anos de existência do recolhimento não há senão vagas notícias. Sabe-se, porém, que dia a dia prosperava muito, graças ao alto conceito, reinante entre os paulistas e paulistanos, das virtudes de Frei Galvão.

Êste, eleito, em 1781, mestre de noviços do Convento de São Boaventura de Macacu, na capitania do Rio de Janeiro, vira a esta eleição opor-se, com tôdas as fôrças, o Bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, falando e agindo em nome próprio e no de todos os seus diocesanos, "só a fim de se não privar o seu bispado de tão virtuoso religioso e por conjeturar a amargura que todos os habitantes de São Paulo experimentariam na ausência dêste padre que apenas entrado na sua religião franciscana tivera exemplaríssimo procedimento pela qual razão o aclamavam Santo" (sic!).

Em 1798 era êle alvo de outra demonstração do mais elevado aprêço e confiança em sua presença e virtudes.

A totalidade dos membros do Senado da Câmara de São Paulo pediu ao Provincial da Ordem Franciscana que o demitisse dos encargos da guardiania do cenóbio paulistano porque poderia isto forçá-lo, no cumprimento dos deveres do cargo, a ausentar-se de São Paulo.

E a tal propósito diziam os edis:

"Certificamos a V. Revma. que todos os moradores desta cidade não poderão suportar-lhe um só momento a ausência."

Se D. Frei Manuel da Ressurreição aprovara a fundação, não obtivera ela o beneplácito da Coroa. Eis senão quando recebeu o bispo o significado régio de formal desaprovação ao ato do Morgado de Mateus.

Quem a trouxera, ou o que parece mais certo, quem a inventara, fôra o novo Capitão-General Martim Lopes Lôbo de Saldanha, empossado do govêrno de São Paulo a 14 de junho de 1775.

Durante quase sete anos seria êste homem o flagelo dos povos a quem vinha governar. Provaria ser perverso, mesquinho e amalucado tiranete, valendo-se dos excepcionais atributos de mandonismo conferidos pelo regime absolutista. A tanto lhe chegou a exorbitância que ligou o nome a um caso do maior abuso de autoridade, o de impor uma pena capital consumada graças ao seu desabalado arbítrio.

Invejoso, tomou-se, de início, da maior ojeriza ao seu antecessor, sôbre quem, em fortíssimas diatribes enviadas ao Marquês de Pombal, escreveu larga série das mais graves acusações.

*São Marcos Evangelista. Painel existente na Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Luz.*

Tal ódio, estendeu-se à obra do Morgado de Mateus. É um dos primeiros golpes por êle desferido visou o extermínio do Recolhimento da Luz, apontado como de ilegal existência.

Apenas entronizado, determinara D. Frei Manuel providências para que o novo cenóbio, recém-privado de sua ascética regente, tivesse organização definitiva, elegendo-se nova regente e mestra de noviças.

Mal se empossara Martim Lopes, invocou perante o prelado a existência de instruções régias desaprovando a existência do Recolhimento. Teve o bispo de aceder ao ultimato do trêfego onipotente e rancoroso delegado da Coroa.

*São Lucas Evangelista. Painel existente na Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Luz.*

Assim, a menos de quinze dias após a sua posse, exigiu Martim Lopes do antístite, revoltado, a expedição de ordem determinando a extinção do cenóbio. A 29 de junho de 1775, transmitia Frei Galvão às recolhidas, consternadas, a decisão episcopal de dispersão, dentro do prazo máximo de um mês. Retiraram-se apenas duas: uma sobrinha de Madre Helena e uma recém-congregada.

Mas reagiu o bispo prontamente ante a prepotência do sátrapa. Pugnaz, opôs-lhe a maior resistência e, ao cabo de porfiada campanha, de meses, conseguiu que se restabelecesse a vida conventual. A enorme maioria das recolhidas tomara a heróica e surpreendente resolução

*Côro monástico do Mosteiro da Luz e lausperene.*

de se manterem no recolhimento, a postos, mau grado descrentes de qualquer esperança, pois era-lhes a perspectiva virem a morrer de inanição. Em estóica demonstração de perseverança e coragem não desampararam sua casa.

Mais tarde se acirraria imenso o dissídio entre o capitão-general governador e o prelado que corajosamente defendia os seus diocesanos contra os desatinos do onipotente e tresvariado adversário. Agiu assistido pelo corajoso e íntegro ouvidor Dr. Estêvão Gomes Teixeira, o Senado da Câmara de São Paulo, vários eclesiásticos de prestígio e uns poucos seculares.

Relatórios sôbre relatórios enviava Martim Lopes aos ministros de estado, injuriando os contrários, a começar pelo bispo, coberto dos mais grosseiros baldões e imputações caluniosas. Ao mesmo tempo apontava ao Trono os senadores da cidade, atribuindo-lhes os mais deprimentes qualificativos.

Nesta campanha porfiada destacou-se Frei Galvão a quem os paulistanos cada vez mais veneravam. E isto lhe valeu uma ordem de destêrro. Exílio aliás brevíssimo, pois recuou o governador ante a onda de protestos da população inteira da cidade.

Já então era o prestígio do franciscano absolutamente extraordinário.

Afinal em 1781 foi derrotado Martim Lopes. Demitiu-o D. Maria I ao tomar conhecimento da execução da pena capital por êle imposta a um soldado da Legião de Voluntários Reais, certo Caetano José da Costa, enforcado por expressa determinação sua, em

outubro de 1781. Desrespeitara-se assim uma sentença do Conselho de Guerra que condenara o mísero Caetaninho a prisão com trabalhos forçados. Pela capitania tôda, desafogada e jubilosa, correu expressiva trova popular:

*Com o terror, cuidava o monstro*
*Que sempre governaria*
*E que seu atroz govêrno*
*Nunca se acabaria.*

Afastado o péssimo governante, ativamente pôde Frei Galvão prosseguir, em liberdade, em sua obra espiritual e temporal, prestigiadíssimo agora pelo novo e bom Governador Francisco da Cunha Meneses, que tanto se recomendou à estima de seus governados, a ponto de se dizer que o seu período viera instituir verdadeira idade de ouro na capitania.

Apesar de haver vindo a São Paulo, um desembargador da Relação do Rio de Janeiro o tão conhecido Antônio Dinis da Cruz e Silva, o autor do *Hyssopo*, "tirar-lhe a resistência", fato inédito nos anais da capitania, conseguiu Martim Lopes, contudo, que o Conselho Ultramarino o absolvesse. Decorrido o interminável prazo do govêrno do tirancte, cuja presença tanto prejudicara a vida do Recolhimento da Luz, tratou Frei Galvão de reorganizar a fundação cuja comunidade se dispersara tôda.

Anos terríveis teve esta de atravessar, com provações de ordem econômica.

Singela crônica setecentista da lavra de uma religiosa relata: "inúmeros foram os trabalhos, fome e misérias, que padeceram aquelas que, com constância heróica, se resolveram a ficar".

"Interrompera-se, até, interceptado, o suprimento d'água ao convento, o que levara as recolhidas a aproveitar a da chuva."

"Comiam sem farinha nem sal, inteiramente entregues à Providência, pois até as pessoas da cidade, esmoleres do recolhimento ignoravam que êle ainda existisse, pois lhe viam tôdas as portas fechadas."

Tal a penúria a que chegaram as recolhidas que se alimentavam do pouco encontrado em seu agreste terreno. Em certa ocasião valeu-lhes imenso um pé de morangas "contìnuamente despojado das fôlhas tenras em razão da grande fome e falta de alimentos". Em outra, veio o recurso de uma touceira de bananeiras "na qual Nosso Senhor multiplicava os cachos". "Principiou-se com muita pobreza", escreveu a autora da "Lembrança, do que passamos nos princípios de nossa vida no convento velho".

"Padeceu-se fome, sêde e mesmo falta da roupa necessária. Havia dias em que nada se tinha para comer e dávamos graças a Deus o dia em que no jantar podia-se fazer um mingau de tapioca, para se pôr ao refeitório."

"Isto se comia sem tempêro, porque nem sequer havia sal e gordura e ficávamos muito alegres e satisfeitas com a Divina Providência que era tôda a nossa consolação e alegria."

"Ceia quase nunca havia; para o refeitório, vinha a servente ver o que levar e a irmã cozinheira respondendo que não havia nada, voltava a servente com a resposta. Dávamos graças e assim acabávamos o refeitório, tôdas conformes, sem haver queixas. Mas Nosso Senhor nunca nos faltou em Sua misericórdia: Experimentava mas não faltava. Basta dizer que em tôdas estas necessidades ninguém pereceu de fome nem de qualquer outra falta. E algumas vêzes dava-nos bastante para passarmos."

Nada mais tósco, mais rude do que o edifício abrigador de tão heróicas, perseverantes e penitentes criaturas.

*Corredor conventual no segundo pavimento — na ala sudoeste do Mosteiro da Luz.*

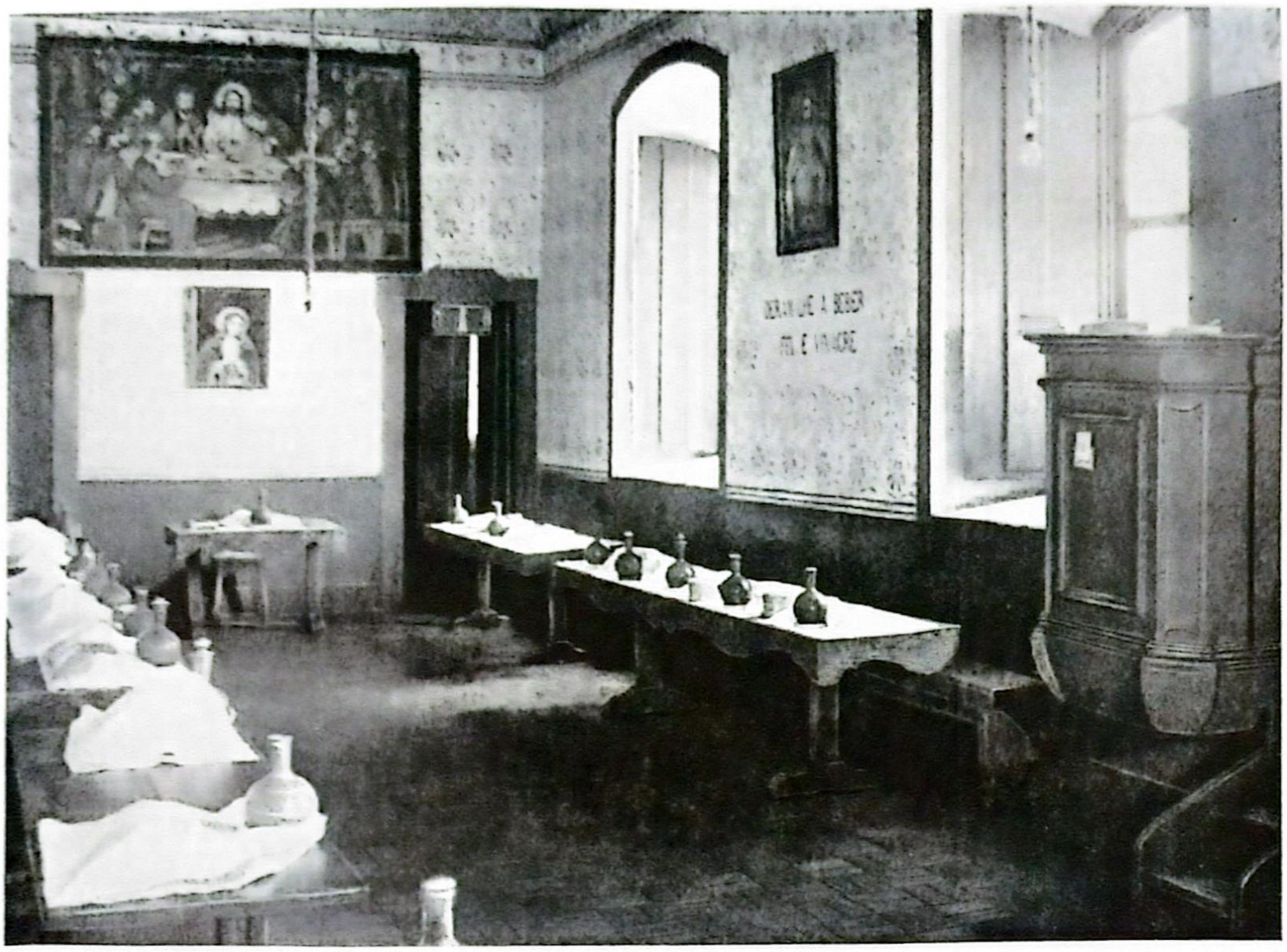
"As celas muito pequenas, sem soalho e sem fôrro e ainda poucas. Havia irmãs que moravam em celas feitas com taquaras, e esteiras, e tôdas muito contentes."

"Nossas camas, tôdas no chão, consistiam em esteiras sem fôrro, de pau por travesseiro e um cobertor. Algumas muito doentes tinham o travesseiro feito com barba de pau. Os corredores sem luz e tão estreitos que com dificuldade deixavam passar duas pessoas juntas."

"Vivíamos só com as esmolas dos fiéis. As coisas compradas a dinheiro davam só para as irmãs doentes."

"As sãs consideravam ofender a Providência Divina discrepar de tais normas. Vivíamos sem fundos e sem rendas, completamente entregues à Divina Providência, e não pedíamos nada de esmola a ninguém."

Áspero e penitente como se vê, foi o período inicial da existência do cenóbio numa austeridade de privações que quase recorda a dos eremitas ascetas do deserto dos primeiros séculos cristãos. E o que mais admira vem a ser o fato de que tão duro gênero de vida não assustava as postulantes candidatas a abraçá-lo, pois ocorriam vocações, abundantes, relativamente à reduzida população paulistana da época. Em 1781 doze eram as recolhidas e em 1789, vinte e três. E se durante muito tempo não foi êste número ultrapassado, isto se deveu ao que Frei Galvão o fixara como máximo. A admissão de nova candidata subordinava-se rigorosamente, à abertura de vaga na comunidade.



*Refeitório monástico do Mosteiro da Luz.*

"Ao cabo de dezesseis anos, portanto, de 1790 em diante a pobreza foi se suavizando, os fiéis entraram a acudir mais com suas esmolas, de sorte que as necessidades dos primeiros anos não se fizeram sentir tanto."

Foi então que "O Sr. P.e Galvão escreveu a Regra ou Estatutos com muitas consultas. Assentou que tôdas as recolhidas, sãs ou enfêrmas se alimentassem e vestissem com o produto das espórtulas dos fiéis".

Nestes períodos de tamanhos sacrifícios jamais desamparou Frei Galvão as suas dirigidas. Só lhes podia valer dentro do mais limitado âmbito, impôsto pela contingência da própria vida monástica, de religioso mendicante de São Francisco, despojado de quaisquer bens terrenos.

Em 1798 era êle alvo de outra demonstração do mais elevado aprêço e confiança em sua presença e virtudes.

A totalidade dos membros do Senado da Câmara de São Paulo pediu ao provincial da Ordem Franciscana que o demitisse dos encargos da guardiania eventual do convento paulistano, obrigação que o poderia forçar, no cumprimento dos deveres da função, a ausentar-se de São Paulo.

E a tal propósito diziam os edis:

"Certificamos a V. Revma. que todos os moradores desta Cidade não poderão suportar um só momento a ausência do dito religioso quando concorrer ao Capítulo, no fim do seu

*Sala do capítulo do mosteiro.*

govêrno. Êste homem, tão necessário às Religiosas da Luz, é preciosíssimo a tôda esta Cidade, e vilas da Capitania de São Paulo; é homem Religiosíssimo, e de prudente conselho; todos acodem a pedir-lho; é o homem da paz e caridade, todos buscam a sua virtude."

"E como é uma virtude examinada e provada no longo espaço de muitos anos, cuidam — e com razão — êstes Povos, que por êle lhes desçam as Bênçãos do Céu, e todos, a uma voz, rogam, e pedem, que lho não tirem. Nestes têrmos vimos rogar a V. Revma., com as mais incessantes súplicas, se digne conceder-nos a especial graça de ser conservado aqui êste exemplar Religioso, e convenha em que êle possa renunciar à Guardiania para melhor poder acudir àquelas virtuosas Religiosas que, sem a sua freqüente direção, se consideram como desamparadas, e tôda esta Capitania."

A esta súplica reforçava o Bispo Diocesano, Dom Mateus de Abreu Pereira, fazendo saber ao Provincial que a notícia do afastamento de Frei Galvão deixara as suas filhas espirituais em extrema consternação.

"Era êle insubstituível, verdadeira coluna na qual se apoiava a piedosa casa a que regia."

Terminando, informava o prelado: "Além da boa-fé, que todos os moradores dêste Bispado têm no dito Padre Mestre, e juntamente por ser aquêle Recolhimento, como a âncora, que sustenta São Paulo, e todo o Bispado, pelas contínuas orações e virtudes das suas Religiosas, e por isso dignas de tôda contemplação, e também de V. P. Revma., como zeloso do serviço de Deus e do público. Por isto rogo a V. Revma. nos faça esta grande mercê de o escusar, e deixá-lo empregado no seu antigo ministério da direção do dito Recolhimento".

Inquebrantável energia a Frei Galvão empolgava. Queria, a todo o transe, dotar a sua fundação de um mosteiro merecedor de tal nome, dispondo de templo onde os atos do culto se realizassem em ambiente condigno de seu significado.

A tal propósito escreveu a Abadêssa Madre Maria Olivia Grespan:

"De que maneira poderia o Servo de Deus arranjar pecúlio necessário, para erigir grande edifício, em condições de abrigar comunidade que então já contava 23 Religiosas? Além do convento, tornara-se necessária uma igreja. E isto quando as primitivas irmãs tão pobres eram, que muitas vêzes, faltava-lhes o que comer."

"Só ilimitada confiança na Providência Divina, com certeza absoluta de estar servindo a vontade de Deus, seria capaz de fazer alguém empreender semelhante obra. O Servo de Deus possuía tal confiança ilimitada; e sua coragem e espírito de sacrifício, igualavam essa confiança. Pôs, portanto, mãos à obra."

"As dificuldades aumentavam-lhe a coragem, e não teve descanso, enquanto não viu suas filhas espirituais em melhores condições."

"Não se conhece o dia nem o ano, do lançamento da primeira pedra do novo e projetado Mosteiro, mas logo após a fundação, isto ocorreu. Quis Frei Galvão que fôssem as Religiosas as primeiras que, tomando a enxadinha, começassem a abrir os alicerces do seu novo Convento."

E assim, em dia por êle determinado, revestido de sobrepeliz, foi ao lugar marcado, acompanhado pelas religiosas, tendo à frente a madre regente. Tôdas vestidas de capa e véu, percorreram a quadra delineadora do novo santuário, dedicado à glória de Maria Imaculada."

"Ainda que os fiéis concorressem de mui boa vontade para a obra do seu venerado Frei Galvão, o que davam não podia chegar, e o Servo de Deus teve muito que sofrer, angariando esmolas não só em São Paulo, como pelo interior da Capitania, com intensas dificuldades, e por caminhos difíceis, a cada passo intransitáveis como eram as nossas estradas-veredas coloniais. Cavalgava, ora debaixo de chuvas torrenciais, ora sob abrasadoras

*Terceiro claustro do Mosteiro da Luz. Lápide sepulcral de Madre Helena, a fundadora do mosteiro.*

soalheiras. As mais das vêzes, marchava a pé, a pregar pelos povoados, a pedido dos Vigários, que queriam fazer o benefício de tais prédicas aos seus paroquianos, pois suas homilias eram cheias da unção da graça divina. Além de tudo ocorria ainda um óbice a vencer: aos franciscanos proibia a sua regra andarem a cavalo."

"Quantas noites teve que passar o incansável pedinte" ao relento, sob a cúpula dalgum arvoredo frondoso, arrostando tôda sorte de trabalhos para a tranqüilidade, uma alma, que que só pensava em Deus e só para Sua glória sofria!"

"Quantos caminhos escabrosos, em dilatada área compreendendo Sorocaba, Guaratinguetá, Itu, Pôrto Feliz, Indaiatuba, Taubaté, etc.?"

"Recebia muitas esmolas, para a sua construção, mas às vêzes, via-se obrigado a interromper os trabalhos por falta de meios."

"As espórtulas, que as irmãs recolhiam em dinheiro, elas não as gastavam para si. Viviam sòmente dos mantimentos recebidos por caridade. Seu venerando fundador, apenas permitia se comprasse a dinheiro, o que vinha a ser necessário, para alguma doente. E de bom grado e em tudo se via obedecido."

Êstes sacrifícios, e a generosidade a mais longe levavam as recolhidas, pois, sabe-se por tradição, que tal lhes era o desejo de ajudar o Venerável Fundador em seus trabalhos e dificuldades que elas sustentavam os operários, se muitos dêstes ganhavam uma pataca por dia, outros, só trabalhavam por devoção. Assim cozinhavam para os trabalhadores o bom feijão recebido de esmola. O carunchado reservavam-no para a comunidade. O mesmo faziam com a canjica; socavam o milho, cozinhavam-na para os operários, para si apenas guardando o farelo.

Muitos anos de trabalhos e sacrifícios ao venerando fundador exigiu a construção "mas também bastava só tal emprêsa para o celebrizar".

Incansável diretor das obras assistia contìnuamente aos serviços, auxiliando-os com as próprias mãos.

Conserva-se ainda na chácara do Mosteiro frondoso pé de cambuci, sob cuja sombra, segundo a tradição, gostava de descansar das lides e canseiras diárias.

"Entretanto, ia a obra subindo. As paredes, fortes e firmes, elevavam-se e êle, qual sábio arquiteto, fazia a repartição dos cômodos destinados à comunidade."

"Mostrou admirável tino, não só pela extraordinária solidez impressa à obra como ainda pela disposição da planta e dos cômodos a ela obedientes."

"Os corredores do claustro são tão largos e arejados, que foram denominados "avenidas". Alçou-se o edifício separado da rua por alto muro e espaçoso pátio. No lado externo, do primeiro andar, situaram-se o locutório, a sacristia e a portaria; no segundo, grande salão, a tôrre e a sala das conferências, de modo que o côro, lugar de oração, ficou mais afastado da Avenida Tiradentes, atualmente tão movimentada e barulhenta."

"A cozinha, enfermaria e refeitório, foram todos situados vizinhos uns dos outros e no entanto completamente separados. Facilitou-se dêste modo o serviço da enfermaria, das serventes da mesa, e favorecendo-se ao mesmo tempo o silêncio e sossêgo de todos êstes locais."

"Colocaram-se as celas de modo que se voltassem para o interior do convento, com as janelas abrindo para o quintal."

Tôdas as medidas se tomaram para que o silêncio monástico não pudesse ser perturbado.

"A espessura das paredes de taipa causou sempre a admiração a todos quantos as examinaram, e especialmente aos engenheiros a quem coube o ensejo de entrar no mosteiro, para consertos e aumento da casa. Não se cansavam em medi-las. Adquiriram tal consistência que

*Cela monástica do Mosteiro de Nossa Senhora da Luz.*

para nelas se abrir pequena cavidade é necessário empregar tempo considerável. Os operários que em tal mister têm trabalhado, algumas vêzes, ficaram perplexos e com as mãos quase em sangue. Declaravam nunca haver visto coisa semelhante sendo-lhes mais fácil, até, destruir cimento armado do que tal taipa que, não quebra nem desmorona, mas vai-se lentamente desgastando a espalhar nuvens de pó extremamente fino e volátil."

Continua a crônica a que vimos seguindo:

"Quatorze anos depois de lançados os fundamentos do novo edifício, "o qual com o socorro de Nosso Senhor e com as esmolas dos fiéis, que à porfia concorriam de tôdas as partes para obra tão santa, "transladaram-se para êle as religiosas em 1788, a 25 de março, festa da Anunciação de Nossa Senhora e da Encarnação do Verbo Divino."

"A igreja, porém, não estava pronta e por isto o Santíssimo Sacramento ficou na capela de cima, onde as religiosas ouviam missa e comungavam, servindo de côro o corredor fronteiro."

A "10 de maio dêste mesmo ano de 1788 transladaram-se os ossos da fundadora" para novo e definitivo túmulo.

"O Santíssimo Sacramento passou para a sala do Capítulo, que serviu de capela durante quase 12 anos, enquanto não ficava pronta a nova igreja e côro. Transladou-se finalmente no dia da Assunção de Nossa Senhora, a 15 de agósto de 1802, dia em que se cantou a primeira missa, celebrada pelo próprio Frei Antônio de Sant'Ana Galvão. Neste mesmo dia pregou êle o primeiro sermão proferido na nova igreja. Era então e pela segunda vez,

*Trecho da chácara do mosteiro, onde se assinala o chamado Cambuci de Frei Galvão.*

guardião do Convento de São Francisco em São Paulo. Impedido pelo fato de pontificar em sua catedral, mandou o bispo que o próprio Frei Galvão benzesse as imagens e os altares. E êle, antes da missa, assim o fêz realizando depois, o transporte do SS. Sacramento da sala do Capítulo para a igreja, processionalmente, em rica custódia."

Salva estava a sua obra! Malograra-se definitivamente a fúria hostil de Martim Lopes!

Em 1798 enviava a Regente Madre Maria Caetana da Assunção, ao Capitão-General Governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça uma "Relação atual do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição da Divina Providência desta cidade de São Paulo" em cujo intróito relatava que a fundação do cenóbio se devera ao Morgado de Mateus. "por consentimento e presença do Revmo. Governador do Bispado Antônio de Toledo Lara e do Corregedor da Comarca José Gomes Pinto de Morais, no ano de 1774."

E acrescentava que o seu convento "não confirmado expressamente mas consentido por Sua Majestade "sobrevivera" pela parte que dêle haviam dado o mesmo D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão e também os Exmos. Francisco da Cunha e Meneses e "Bispo Dom Frei Manuel da Ressurreição".

Assim, o sucessor imediato de Martim Lopes, como capitão-general governador da capitania, que regeu de 16 de março de 1782 a 4 de maio de 1786, e o mais tarde vice-rei da

*Rua Frei Galvão em Guaratinguetá. O prédio do primeiro plano passa por ser a casa onde Frei Galvão nasceu.*

índia, tivera preponderante atuação na defesa da fundação piedosa do Morgado de Mateus, reforçando a do bispo e a do próprio fundador.

Pouco a pouco se avantajavam as obras a que Frei Galvão com ímpar desvêlo dirigia.

"Foram-se completando e as coisas tomaram o lugar que lhes competia mas ainda bem longe de se terminarem os trabalhos. Depois de funcionarem o côro e a igreja, trabalharia o fundador ainda vinte anos, sem conseguir terminar a obra. Ao falecer, deixava por completar a tôrre e a douração da igreja. A portaria construíra-a no lado oposto àquele em que depois funcionou. "Mas, não satisfeito com a localização, pelo motivo de se achar muito perto dos confessionários e do côro das religiosas, podendo, portanto, fàcilmente perturbar o recolhimento e respeito devidos a êsses lugares, determinou que a portaria se mudasse para o local por êle escolhido, o que efetuou Frei Lucas José da Purificação, seu sucessor na direção do convento.

A respeito de sua obra, certa vez depôs o próprio Frei Galvão: "Tem êste edifício de comprido duzentos e quarenta e tantos palmos, entre (52,80 m e 55,00 m), e de largo 170 e tantos (entre 37,40 m e 39,60 m) com área grande ao meio, e cêrca extensa, obra da Providência provocadora da admiração dos Srs. Paulistas, tornando-se notória às capitanias circunvizinhas".

"Têm-se gasto na construção desta obra mais de 33.000 cruzados (14:200$000) e julgo que ainda levará outro tanto; porém não dá cuidado, porque quem deu e fêz com tanta facili-

*Lápide sepulcral de Frei Antônio de Sant'Ana Galvão na Capela-mor da Igreja Abacial do Mosteiro de Nossa Senhora da Luz.*

O SANTO É O MELHOR PRESENTE DE DEUS AO MUNDO
• • •
EM 1739 NASCEU, NESTA CIDADE DE GUARATINGUETÁ
FREI ANTONIO DE SANT'ANNA GALVÃO
QUE, TENDO INGRESSADO NA ORDEM DE S. FRANCISCO
EM 1760, VIVEU COMO UM SANTO, ESPALHANDO O BEM
POR TODA A PARTE, E COMO SANTO MORREU EM 1822,
DEIXANDO UMA MEMORIA ABENÇOADA, QUE PERDURA
ATÉ NOSSOS DIAS.
SEUS IRMÃOS FRANCISCANOS, DA ORDEM I E DA
ORDEM III, DESTA CIDADE, SANTAMENTE ORGULHOSOS,
MANDARAM GRAVAR ESTE BRONZE, COMMEMORATIVO
DO BICENTENARIO GLORIOSO, RENDENDO GRAÇAS A
DEUS, PELO PRESENTE QUE FEZ AO BRASIL.
31 - XII - 1939

*Placa votiva de bronze, comemoradora da passagem do primeiro centenário da morte de Frei Galvão.*

dade e liberalidade dará o mais para glória da sua admirável Providência. Fica a dita obra com 22 celas em círculo das 8 faces, que olham para os campos, ficando as faces correspondentes a áreas livres, sem celas, para maior desafôgo".

"As religiosas para cuja habitação é a mencionada obra, têm por instituto o viverem à Divina Providência; rezam e cantam o ofício divino à imitação dos religiosos franciscanos, vão á semelhança dêstes, à meia-noite, ao côro, e fazem outros exercícios eclesiásticos e religiosos, que deixo de referir por brevidade. Tem a misericordiosa mãe de Deus socorrido a elas na boa fama, que geralmente têm merecido, não menos na estimação do Exmo. Sr. Diocesano, o qual com muita benignidade as atende. A Divina Providência seja servida não apartar os seus olhos daquelas que desejam ser suas verdadeiras servas e mereçam pelas suas obras na aceitação do mesmo Sr. a glória e decôro de suas fiéis espôsas."

No arquivo do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro encontram-se referências à fundação do Mosteiro da Divina Providência. Assim se expressa quanto aos trabalhos de Frei Antônio de Sant'Ana Galvão: "Pela sua direção e assistência aturada, se levantou um grande convento nos arredores de São Paulo, onde têm entrado muitas virgens, que com suas orações atraem sôbre êste santo asilo muitas senhoras, que vivem da Providência, sem fundos e sem rendas. Êste convento está fundado no lugar onde houve uma Capela da Senhora da Luz, e chama-se hoje o Convento da Divina Providência, ereto a desvelos do Padre Galvão, diretor dêsse "viveiro de santas".

Em 1801, diz o mesmo documento, que êle fôra ao Rio de Janeiro, a pé, a fim de assistir ao Capítulo de sua Ordem na qualidade de vogal. Regressando a São Paulo, "continuara com a direção espiritual e temporal do Convento da Divina Providência".

Em 1798, segundo o depoimento da Madre Regente acima citada eram as religiosas 23. Como bens de raiz só possuíam o convento e as terras da sesmaria do Morgado de Mateus. Nenhuma quantia tinham a juros e assim as rendas lhes eram "nenh'uas". Apenas dispunham de sete bois empregados no transporte da lenha, e do serviço de nove escravos e escravas.

Em 1826 o número de recolhidas crescera para 31. Dispunha o cenóbio de pequeno cercado a êle contíguo "e sua despesa era à proporção das esmolas dos fiéis".

À mais que tôsca casa do Morgado de Mateus, substituíra Frei Galvão por vasto edifício inteiramente novo, à custa de esmolas penosamente angariadas.

"Convém notar que esta construção nada tinha a ver com as primitivas casinholas e a secular ermida de N. Senhora da Luz.

Atingira Frei Galvão a velhice e extraordinária reputação lhe acompanhava o nome, não só em São Paulo como no Brasil.

Em 1802, para êle impetrava o provincial dos Capuchos de Santo Antônio, da Província da Conceição do Rio de Janeiro, ao Núncio Apostólico, em Lisboa, Cardeal Pacca, os privilégios de Definidor por ser religioso que, pelos costumes e exemplaríssima vida, servia "de honra e consolação a todos os seus Irmãos". Todo o povo da capitania de São Paulo, Senado da Câmara e o próprio diocesano o respeitavam como a um varão santo.

Receava porém o provincial que ficassem algum dia frustradas as esperanças de se ter a assistência contínua de Frei Galvão em São Paulo. Se assim ocorresse, o bispo, o Senado da Câmara e todo o povo se oporiam à eleição projetada, por não quererem que tão notável religioso residisse em outra cidade, a não ser a sua da qual o consideravam o protetor.

Assim, à vista de tão ponderáveis e atendíveis circunstâncias e para que não se ofendesse a Justiça, e não ficassem sem prêmio tão relevantes merecimentos, e para que também não

*Imagem singela setecentista de Frei Antônio de Sant'Ana Galvão e de autoria de uma sobrinha do venerável franciscano, Madre Isabel da Visitação.*

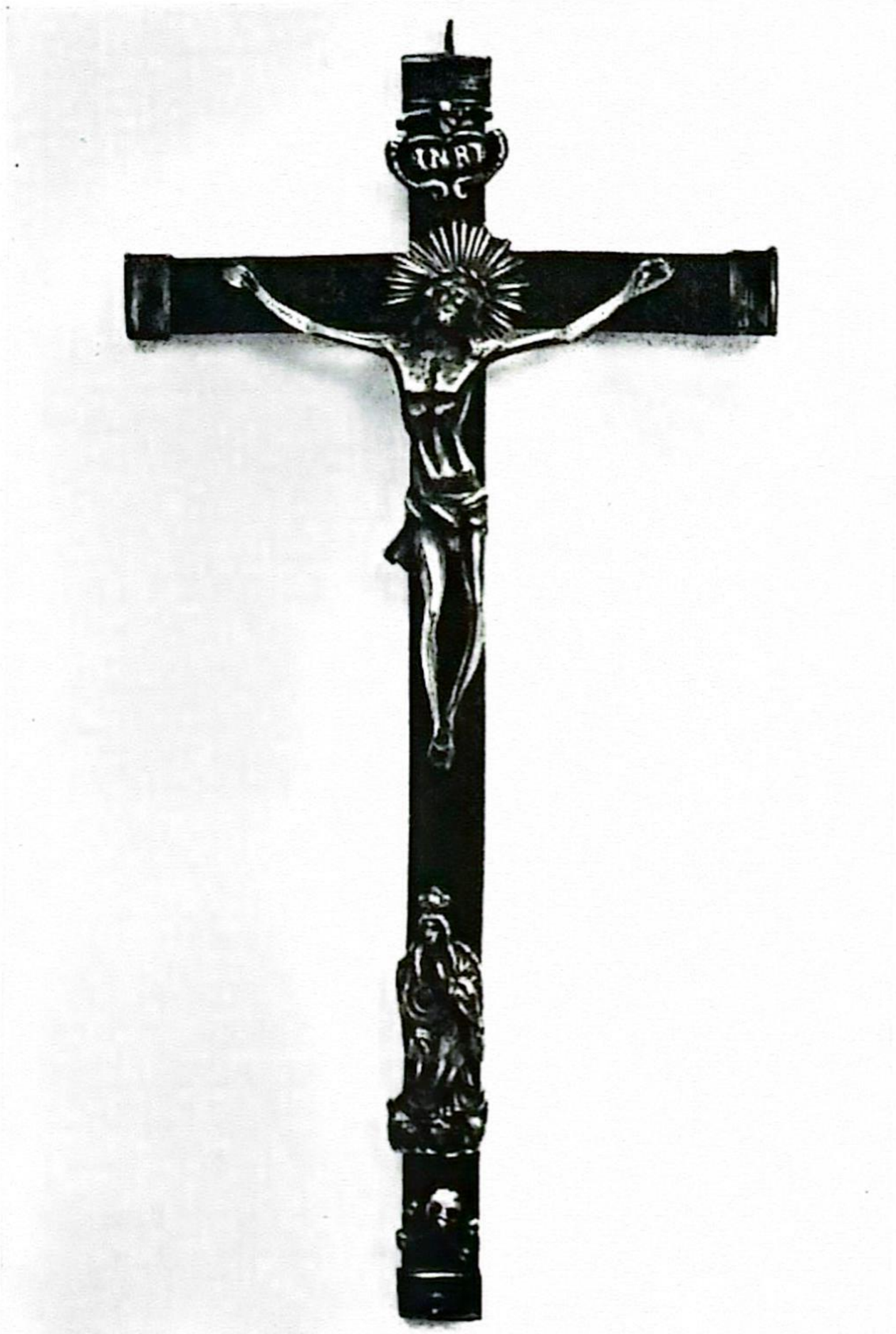
*Retrato executado de acôrdo com uma estatueta de fins do século XVIII, obra de uma religiosa do Mosteiro da Luz, contemporânea do Servo de Deus.*

ficasse desconsolada a Província Franciscana Fluminense, não podendo condecorar um de seus filhos, dos que mais a honravam, êle provincial se prostrava aos pés de Sua Eminência o Núncio apostólico a pedir-lhe se dignasse conceder-lhe os privilégios de Definidor, como se eleito houvesse sido em capítulo de sua ordem.

A 9 de abril de 1802 deferia o Cardeal Pacca o pedido do Provincial.

Redobrando em austeridade e ascetismo, à medida que avançava em idade, reduziu Fr. Galvão as exigência da vida a extraordinário mínimo. Vivia, diz a sua biógrafa, em pequeno quartinho, por detrás do sacrário, tão estreito, que sua humilde cama encostava em três paredes. Só à frente do leito havia pequeno espaço, por onde podiam entrar as pessoas que o serviam.

Dores intensas, padecidas com a maior resignação, o afligiram durante largo lapso, quase contìnuamente.




*Pequeno crucifixo pertencente a Frei Galvão.*

Deu-lhe a disposição do humilde quartinho ensejo para, nas largas horas de insônia em que os sofrimentos quase não lhe davam tréguas, desenhar, na parede fronteira, um projeto para a cúpula da tôrre da igreja que deixava por terminar. O seu querido convento preocupou-o até os derradeiros instantes da vida.

"Os últimos três anos de existência foram-lhe de contínuos e grandes sofrimentos, suportados com santa resignação, a dar os mais belos exemplos de paciência e conformidade, às suas filhas espirituais e mais pessoas que o procuravam."

Não possuía sequer um catre. Seu humilde leito, pôsto em cima da terra socada, alçava-se a uns três palmos de altura do solo. Nessa dura taipa, descansava os doridos e enfermos membros e sôbre ela expirou.

*Têrço do uso de Frei Galvão. Museu da Cúria Arquiepiscopal de São Paulo.*

A notícia de seu trespasse abalou extraordinàriamente a população paulistana e sua inumação na capela-mor da igreja que principiara a construir verificou-se em presença de incontável assistência. O bispo diocesano, D. Mateus de Abreu Pereira, conseguiu que o sepultamento se realizasse na Luz e não no claustro de São Francisco, como deveria ser.

Extraordinária reputação de santidade já em vida, como vimos, cercava o nome de Frei Galvão. Entre os paulistanos e paulistas conservou-se vivacíssima a tradição dos fatos sobrenaturais evocados pela sua memória e perduradoras, até os nossos dias, em crescente avolumamento.

De todos êstes fatos o mais conhecido e rememorado é o chamado "milagre de Potunduva", correspondente a uma bilocação, para lugar distante de São Paulo centenas de quilômetros.

Pelo que consta da tradição, tal ocorrência se deu por volta de 1810 e assim se relata. Manuel Portes, capataz de uma monção, que vinha de Cuiabá, e abicada à noitinha em Potunduva, à margem do Tietê, havendo chibateado um dos tripulantes de sua flotilha, por êste foi apunhalado, caindo por terra mortalmente ferido.

*Diversas relíquias de Frei Galvão conservadas no Mosteiro da Luz.*

Vendo-se perdido, pusera-se a pedir padre e confissão e a invocar o nome de Frei Galvão. E as suas tripulações, atônitas, haviam presenciado a chegada, àquele lugar deserto, do invocado. Aproximando-se do agonizante, ouvira-lhe as últimas palavras absolvera-o e desaparecera, de relance, deixando os numerosos presentes absolutamente estarrecidos.

Na mesma ocasião pregava o bilocado confessor numa igreja de São Paulo; interrompera a prática para pedir à assistência que com êle orasse pela salvação da alma de um cristão, longe dali moribundo.

Uma capela erigiu-se em Potunduva no local onde se deu a morte de Manuel Portes. Desde o ano do extraordinário fato, as monções que passavam em face daquele ponto ali se detinham. E tal parada se deu enquanto durou a navegação de Pôrto Feliz a Cuiabá.

Com o decorrer dos anos tornou-se o local centro de romaria e cogita-se hoje em substituir a velha e tôsca capelinha por igreja de consideráveis dimensões.

Vultoso é o anedotário hagiológico de Frei Galvão e os depoimentos sôbre seus méritos e virtudes heróicas.

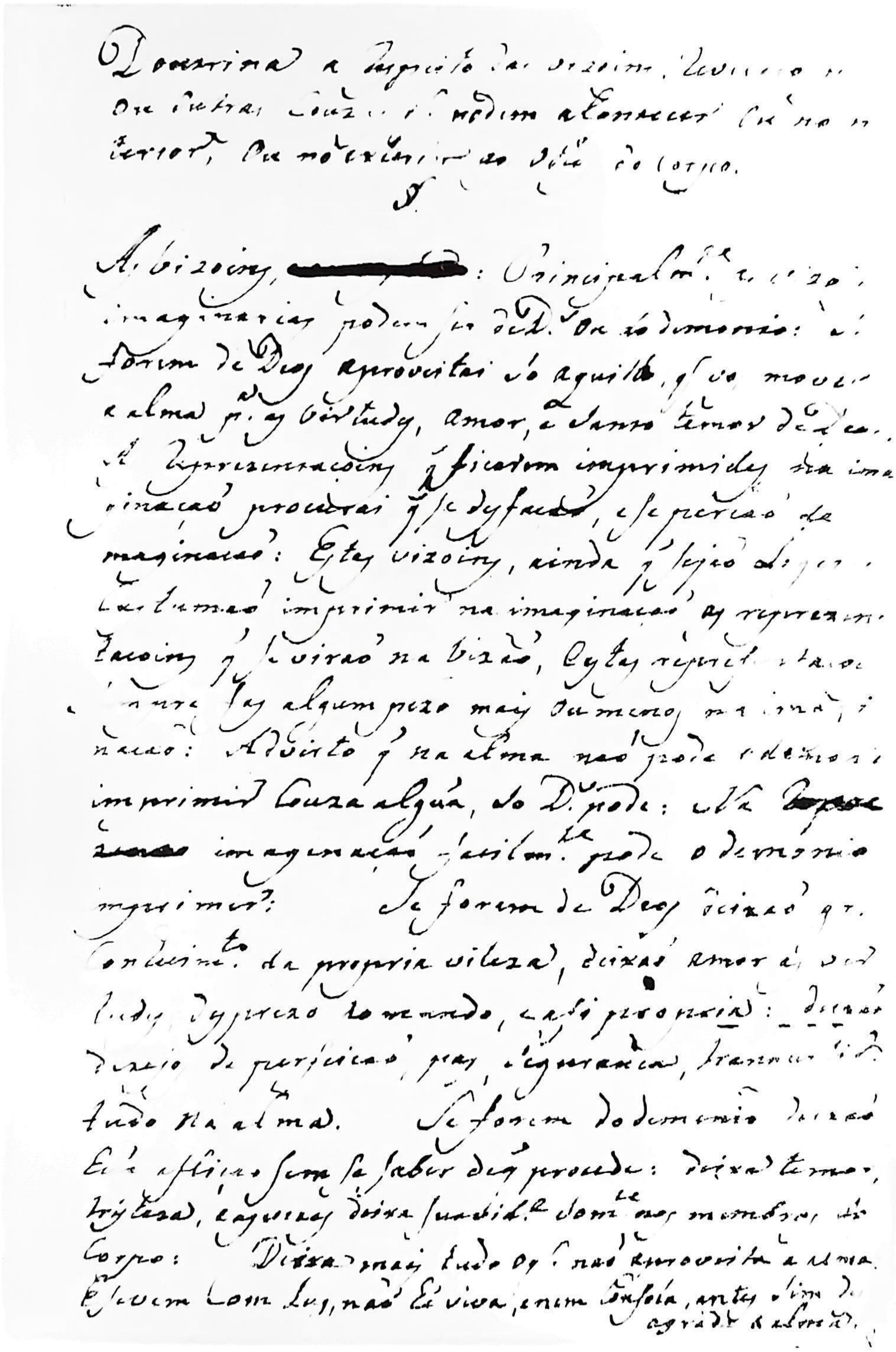
Aquéles que fora dos centros paulistas vivem, não podem fazer idéia do que vem a ser a veneração acompanhadora da memória do ilustre franciscano.

À reputação que lhe aureola o nome prestigia um decurso de cento e trinta anos de oblações, sem solução de continuidade, nem afrouxamento de intensidade. Pelo contrário, de ano para ano, recrudesce.



O N

*Biografia sumária de Frei Galvão. Documento do século XVIII existente no arquivo do Mosteiro da Luz.*



*Autógrafo de Frei Galvão. Arquivo do Mosteiro da Luz.*

Em tôrno da cova rasa do servo de Deus, aberta no solo da capela-mor da igreja abacial da Luz, diàriamente se congregam os muitos fiéis que recorreram e recorrem à intercessão daquele que em vésperas do Natal de 1822 *placide obdormivit in Domino,* cujos restos mortais foram entregues ao chão do templo que a sua fé e a sua pertinaz piedade haviam conseguido edificar.

Nos dias 23 de cada mês notável se torna a menos afluência dos intercedentes, quer durante a missa conventual, sobremodo matinal, em que se verificam numerosas comunhões, quer no decorrer do dia todo.

A 23 de dezembro, efeméride mortuária de Frei Galvão, mostra-se o afluxo dos fiéis realmente extraordinário e aumenta de milésimo para milésimo.

Durante todo o decurso do ano vive a sepultura do fundador do Mosteiro das Concepcionistas florido pelas mãos dos devotos agradecidos.

Verdadeiro caudal de fé vem contìnuamente banhar a lápide que recobre o humilde túmulo do humilde filho de São Francisco.

O *Celeste Orvalho,* boletim impresso pelas religiosas concepcionistas, consagra-se a tornar públicas as ações de graças nascidas do reconhecimento daqueles que recorreram ao venerável filho de Guaratinguetá *inclytus fundator et director* do cenóbio ereto pelo Morgado de Mateus.

Em sua primeira visita à província de São Paulo, em 1846, correram, Dom Pedro II e a Imperatriz D. Teresa Cristina, pressurosos, a visitar o túmulo de Frei Galvão, deixando larga, para o tempo, espórtula, às religiosas em lembrança e veneração à memória de seu fundador.

Ao mosteiro também concorreram a Princesa Imperial D. Isabel, a *Redentora,* e seu espôso, o Conde d'Eu em visita ao túmulo do seu *inclytus fundator.*

De uns anos para cá afervorou-se de tal modo a convicção popular de que Frei Antônio de Sant'Ana Galvão é merecedor das honras dos altares que daí resultou o processo de introdução de sua causa perante a Sagrada Congregação dos Santos Ritos, que já tem em mãos o *processículo* preliminar ao estudo de inquérito rigoroso sôbre as virtudes heróicas do ínclito beatificando, acêrca de quem ocorre no folclore paulista a seguinte, piedosa e expressiva quadrinha:

*Em minhas aflições*
*Dai-me a consolação*
*Senhor meu Frei Galvão*
*Que não pisais no chão.*

Informa-nos uma crônica do Mosteiro:

"O primitivo recolhimento perdurou até 1908 quando demolido para dar lugar aos dois novos lanços construídos pelo seu síndico, o Conde de Prates, inteiramente a expensas de tão generoso benfeitor."

Certa particularidade que tem ocupado a atenção de alguns estudiosos de nossas coisas antigas trouxe o reparo que a primitiva igrejinha da Luz tinha a frente e a entrada voltada para a Rua Jorge de Miranda, ao passo que a atual dá para a Avenida Tiradentes. Julgam assim que se modificou o plano da construção primitiva quando tal não se deu. Frei Galvão assim a construiu desde os alicerces. O motivo que o levou a mudar o lado do frontispício é muito simples; em seu tempo, o trilho que ligava o Campo do Guaré à cidade já bastante transitado era. Entre 1783 e 1786, no govêrno do Capitão General Francisco da Cunha

RELAÇAÕ

DAS

*FESTAS PUBLICAS QUE*

na

CIDADE DE SAÕ PAVLO

mo fez mo

O ILL., E EX. SENHOR

*GOUERNADOR E CAPITAÕ GENERAL*

O

D. LUIS ANT.O D SOUZA,

*EM LOUVOR DA*

SENHORA S. ANNA

COM A OCASIAÕ DE COLLOCAR, A

sua Imagem em o Altar novo da

Igreja do Collegio.

*ANNO D'ITTO.*

*Fólha de rosto do códice da Academia dos Felizes.*

Mencses. tornou-se rua pública e a visão clarividente e profética do servo de Deus previu a futura e movimentada avenida hodierna, pois costumava dizer que o bairro da Luz haveria de tornar-se como que o coração da cidade.

Ao morrer, contudo, era o seu mosteiro muito menor do que hoje em que se apresenta com extensa fachada e considerável fundo, tendo ao centro a igreja ampla, harmoniosa, muito equilibrada em sua decoração, criadora de piedosíssimo ambiente, como talvez outro mais recolhido não possa existir. E separada do bulício da trafegadíssima Avenida Tiradentes por dezenas de metros de área livre.

Ao falecer Frei Galvão e como se depreende da estampa ocorrente na planta da cidade devida a Rufino Felizardo e Costa, em 1841, contava o piso superior onze janelas, à fachada das quais três davam luz para a sala que precede a igreja.

Com as obras da ampliação mandadas executar pelo Conde de Prates o lance setentrional passou a ter nada menos de onze janelas à fachada. Melhorou sobremaneira o aspecto do edifício, daí lhe provindo notável acréscimo de imponência sem a menor quebra da harmonia primitiva. Pena lhe haverem forrado o beiral, antes com o seu encaibramento visível, o que lhe dava aspecto muito pitoresco.

Antes do Conde de Prates, contou o convento entre seus síndicos paulistas de grande prestígio como o Barão de São João do Rio Claro, Amador Rodrigues de Lacerda Jordão, de 1870 a 1873 mais ou menos, e o Marquês de Itu, Dr. Antônio de Aguiar Barros, de 1874 a 1887. A Baronesa de São João do Rio Claro, mais tarde, por segundas núpcias, Condêssa e Marquêsa de Três Rios, veio a ser grande amiga e benfeitora da comunidade. Fôra seu primeiro marido sepultado na parte posterior da nave.

Assim como hoje se apresenta constitui o Mosteiro da Luz o mais belo documento colonial de São Paulo, tão pobre de relíquias de suas velhas épocas. E nada mais acertado do que o seu tombamento, pelo benemérito Departamento de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

De um depoimento atual a êle relativo transcrevamos uns tantos tópicos.

"Dentre os principais cômodos do mosteiro o refeitório apresenta agradável aspecto em sua simplicidade, característica e austeramente monástica."

"A tal simplicidade, geral em tôda a casa faz exceção o côro das religiosas, revestido de imponente aparência. É ladeado por vinte e duas cadeiras de alto espaldar destinadas às coristas; no centro destaca-se grande e artística estante; entalhada o altar com grande nicho, ao alto do qual abre os braços, expressivos, senão até impressionante, crucifixo representando o Redentor ainda vivo. Algumas religiosas, recém-chegadas, ficam a meditar sôbre o motivo graças ao qual aquêle Jesus crucificado não apresenta a chaga do lado..."

"Três escadas ligam os dois andares do mosteiro. As duas mais antigas apresentam os degraus desgastados pelo contínuo passar das monjas. Nos primeiros dias perdem-se as noviças por tantos e tão longos corredores. Certa recém-vinda postulante, tendo-se arriscado a ir do refeitório ao apartamento do noviciado, depois de subir as escadas tomou direção contrária à que devia, estêve rodando pelos corredores e caminhou duzendos metros para chegar onde, com vinte, teria ràpidamente aportado!"

"Quadros religiosos, imagens antigas espalham-se pelo convento em abundância; algumas devotas, outras bastante exóticas para o gôsto hodierno. Delas a mais històricamente notável é a de Nossa Senhora da Luz, bonita, embora mal proporcionada. Encontrada na primitiva ermida do Carvoeiro, deve hoje contar cêrca de 350 anos.

*Uma das poesias de Frei Galvão, compostas para a sessão solene da Academia dos Felizes. São Paulo, 25 de agôsto de 1767.*

A biblioteca é modesta; dispõe de algumas obras antigas, quinhentistas e seiscentistas. Tanto estas, porém, como as mais recentes versam tôdas sôbre matéria religiosa: breviários, rituais litúrgicos, devocionários, manuais de ascética e mística, biografias de santos. Os poucos livros existentes sôbre matéria histórica, relacionam-se com a vida conventual e as Ordens religiosas.

"Tal restrição no assunto das leituras é preceituada pela regra monástica."

O atual "modus vivendi" da comunidade pouco difere daquele que Frei Galvão prescreveu.

A maior parte do tempo é consagrada à oração sob tôdas suas formas; os momentos livres preenchem-se pelo trabalho.

Com revezamentos de hora em hora, continua dia e noite, o ininterrupto "laus perenne", ou adoração perpétua ao Santíssimo Sacramento, sôbre o qual se referiu o piedoso e ilustre Bispo Dom Antônio Joaquim de Melo: "neste uso depositamos a maior confiança para a salvação das nossas ovelhas desgarradas, porque é um modo heróico de compensar o nosso Divino Salvador do abandono deplorável em que o deixam no Sacramento do seu amor".

Graças ao Convento da Luz. a Santíssima Eucaristia acha-se contìnuamente adorada, em São Paulo, desde o ano de 1774.

O ofício à meia-noite constitui outro austeríssimo uso da comunidade, a cuja eficácia espiritual o mesmo prelado atribuía a "conversão dos pobres pecadores".

A continuidade do silêncio apenas se quebra após as duas principais refeições e em 40 minutos de recreação, durante a qual as monjas dão expansão ao bom humor e jovialidade. "Às novas candidatas causa admiração ouvirem as irmãs idosas, várias delas septuagenárias, se não mais idosas.

No Mosteiro da Luz, quanto mais antigas as religiosas, tanto mais brasileiras. De alguns decênios para cá começaram a êle agremiar-se descendentes de famílias oriundas de outras nacionalidades.

"Convém ainda lembrar que o Mosteiro da Luz foi o primeiro abrigo de diversas congregações religiosas, que pelos fins do século XIX começaram a acorrer a S. Paulo. Como sua cláusula ainda não fôsse pontifícia, e mediante licença episcopal, hospedou as Irmãs de Santa Francisca Xavier Cabrini, as da Providência, e duas das irmãs fundadoras da Congregação de São José, de passagem por São Paulo para Itu, uma das quais vinha a ser a veneranda Madre Maria Teodora Voiron", falecida em odor de santidade.

"Na casa do capelão, vizinha ao convento, hospedaram-se por sua vez, os capuchinhos, e salesianos, assim como os agostinianos durante certo tempo, ao habitarem, numa casa pertencente ao cenóbio, hoje inclusa na área nos quartéis que lhe ficam em tôrno."

Vinculada à história do mosteiro ficou a memória do inesquecível Monsenhor Francisco de Paula Rodrigues, o sempre lembrado "Padre Chico", seu capelão de 1905 a 1915 e uma das maiores glórias do clero e do púlpito nacionais.

Relações estreitas teve também o mosteiro com o velho Seminário Episcopal de D. Antônio Joaquim de Melo. Doou-lhe o vasto terreno da Avenida Tiradentes em que foi construído, e as festas da inauguração em 1856 daquele tão importante estabelecimento, realizaram-se na Igreja da Luz, por não lhe estar a capela ainda terminada.

Evocadora da mais antiga e piedosa tradição é a festa de Nossa Senhora dos Prazeres, instituída pelo Morgado de Mateus ainda antes da fundação do recolhimento. Antigamente celebrada na segunda-feira da Pascoela, em nossos dias não mais apresenta a pompa exterior que lhe davam os paulistas no século passado. Agrupavam-se ao redor do convento inúmeros romeiros muitos dêles vindos de muito longe, e a população da cidade a ela não faltava, tanto pela manhã como à tarde.

Suspendia-se o trabalho, conta Antônio Egídio Martins, de quase todos os operários, principalmente o dos tipógrafos empregados de jornais diários, os quais no dia seguinte não circulavam, pedindo os respectivos proprietários desculpas aos seus assinantes, de tal falta, motivada pela tradicional festa de Nossa Senhora dos Prazeres.

Dos cenóbios seculares paulistanos contemporâneos do Mosteiro da Luz foram arrasados os do Carmo, São Francisco e Sta. Teresa e afetados os seus chãos a outras instituições. Do de São Francisco, subsistem as duas igrejas setecentistas. À antiga abadia de São Bento substituiu construção inteiramente diversa, sob todos os aspectos, em dimensões e imponência.

Estêve certa vez o Mosteiro da Luz a pique de desaparecer. E milagre foi que se não arrasasse na voragem de eventual incêndio ateado pela explosão de numerosas granadas e outros projetis, nele caídos por ocasião da revolução de 1924. Tornou-se um dos alvos da artilharia legalista em virtude de sua proximidade dos quartéis da Fôrça Pública.

*A capelinha de Potunduva, assinaladora do local intitulado do milagre de Potunduva, município de Jaú.*

Dezenas de bombas explodiram dentro do cenóbio e em seu quintal não atingindo, extraordinàriamente aliás, as religiosas embora muitas deflagrassem nas celas e corredores do convento.

Tão perigosa tal situação que o Arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva, temendo pela vida das monjas, transladou-as pessoalmente para o Carmelo das Perdizes, onde permaneceram uma quinzena.

Certas ficaram as asiladas das Carmelitas que sua casa escapara da destruição por intercessão de seu ínclito fundador e diretor.

Durante muito tempo constou a Comunidade da Luz de vinte e três religiosas, número fixado pelo próprio Frei Galvão, como relata a crônica conventual que acompanhamos.

"Mais tarde deixou-se de observar esta determinação, porquanto em 1826 encontrava-se a comunidade com trinta e uma irmãs, segundo declaração em documento oficial da Regente Madre Caetana de Jesus ao presidente da província e ao ministro do império.

*Francisco da Cunha Meneses, capitão-general governador da Capitania de São Paulo (1782-1786), mais tarde Vice-rei da India Portuguêsa.*

"Mostravam-se as paulistas destemidas conquistadoras do reino de Deus. Aliás, mostra-se a índole da mulher brasileira sobremodo propensa à vida religiosa contemplativa."

"De preferência à atividade exterior, escolhe a vida oculta e silenciosa da oração. E se bem que esta exija muito maior cabedal de energias espirituais do que a primeira, abraça-a confiante, cônscia de estar preenchendo a vocação que lhe é própria."

"Sirvam-no de prova os numerosos recolhimentos, escreve a abalizada comentarista, espalhados pelo Brasil: os de Sta. Teresa e da Luz, em São Paulo, da Ajuda, no Rio de Janeiro, de Sta. Clara, em Sorocaba, das Mercês, em Itu, de Macaúbas, em Minas, e tantos outros mais na Bahia, etc." "Quais flores nativas desabrocharam em nosso solo sem auxílio de qualquer representante estrangeira. Prosperaram sob o influxo da mística índole brasileira, sendo suas condições espirituais satisfatórias para a época de sua fundação. E se pelos fins do século passado sofreram algum declínio, isto se deveu sobretudo às dificuldades criadas pelo govêrno imperial."

Benéfica foi a reação, porém. Não só fêz reviver o primitivo fervor como foi muito além.

"Hoje, aperfeiçoados, os antigos recolhimentos tornaram-se verdadeiros conventos, fazendo parte integrante das grandes ordens religiosas que no princípio lhes inspiraram o ideal contemplativo, e às quais haviam êles sido apenas adaptados."

"Entre as primeiras irmãs do Recolhimento da Luz, continua a mesma fonte, muitas havia pertencentes a distintas e abastadas famílias, como a Irmã Francisca dos Prazeres, filha do Capitão-mor de Jundiaí, Antônio de Siqueira e Morais, as Irmãs Isabel Maria de São Paulo e Antônia de São João, ambas filhas do Dr. Antônio Fortes de Bustamante Sá, advogado conimbricense. As quatro irmãs Ferreira: Teresa de Jesus, Isabel de Sant'Ana, Ana Maria de São José, e Andresa do Espírito Santo, filhas de Luís Ferreira Botelho, grande proprietário residente nas Minas de Paranapanema."

"Filha de abastados fazendeiros era a Irmã Maria Caetana da Assunção. Entrou no recolhimento em 1787, aos cinqüenta e quatro anos, coisa singular e rara, pois em tal idade difícil é adaptar-se alguém às exigências da vida conventual. No entanto, dispunha de tão excepcionais predicados que, dois anos após a sua entrada foi eleita e reeleita regente, cargo que exerceu, por espaço de vinte e cinco anos, até a sua morte, em 1816, convindo lembrar que a regência não era então vitalícia mas apenas trienal."

"Deixou às gerações pósteras do seu cenóbio fama de santidade e, a seu respeito, perdura entre as irmãs singela recordação de piedoso sabor. Dizem as tradições que, ao retirar-se de sua fazenda para o recolhimento, mugia o gado à guisa de saudoso lamento; as árvores inclinavam-se em despedida e as porteiras de si só abriram-se à sua passagem."

Outra regente deixou edificante memória Madre Clara Maria das Dores, superiora durante vinte e seis anos, de 1847 a 1873, milésimo de sua morte. Muito zelosa do bem espiritual de sua comunidade, conservava-lhe o austero espírito legado pelo venerando fundador.

"Depois dela sofreu a comunidade pequeno declínio até surgir no início de nosso século a notável personalidade da primeira Abadêssa Madre Oliva Maria de Jesus, falecida em 1949."

Senhora de pouca cultura, embora inteligente, dispunha, entretanto, de excelente qualidades para o superiorado de uma casa religiosa; acendrada virtude, tino administrativo, suave energia. Conseguiu, nos seus trinta e três anos de govêrno, a completa restauração espiritual do convento, dando-lhe o último remate de perfeição com a incorporação à Ordem Concepcionista, completando dêste modo a obra de Frei Galvão."

"Sua sucessora, a atual Abadêssa Madre Maria Lúcia da Purificação encerra a série das 22 superioras que regeram o cenóbio desde sua fundadora Madre Helena até os nossos dias."

"O livro *Tombo* do Mosteiro, registra, até hoje, os nomes de 184 religiosas. Dêste número, porém, devemos descontar 26 que o deixaram, quer por insuficiente saúde, quer por deficiência de vocação, prova de que ninguém no cenóbio da Luz permanece constrangido. Quinze transferiram-se, em diversas épocas, para outros conventos: 3 para o de Santa Teresa, em São Paulo; 7 para o de Santa Clara, em Sorocaba; 4 para a recente fundação de Guaratinguetá; uma para o de N. Senhora das Mercês, em Itu, chamado "Conventinho."

As que atualmente compõem a comunidade são 31. As restantes 112 faleceram no convento.

Parece o número pequeno, mas deve-se considerar que as religiosas alcançam freqüentemente avançada idade, permanecendo, em média, de 45 a 50 anos no claustro.

Continuemos, porém, com algumas informações mais acêrca do edifício da abadia:

Ao desaparecer Frei Galvão deixara como vimos extraordinàriamente transformado o humílimo cenóbio do Morgado de Mateus, graças às esmolas tão penosamente angariadas em longa e árdua peregrinação.

*Dom Frei Manuel da Ressurreição, terceiro bispo da Diocese de São Paulo (1774-1789).*

*Dom Mateus de Abreu Pereira, quarto bispo da Diocese de São Paulo (1797-1824).*

Em 1822, milésimo de seu traspasse era o mosteiro incomparàvelmente menor do que hoje, como se depreende do desenho ocorrente na planta de Rufino José Felizardo e Costa.

Era a cúpula da igreja singelíssima clarabóia com quatro janelões envidraçados.

Estava a construção incompleta. Terminou-a o sucessor de Frei Galvão na capelania, Frei Lucas José da Purificação, seu conterrâneo, irmão de hábito e êmulo. Decorou também o interior da igreja dourando-lhe os entalhes, e construiu novo cemitério para as religiosas, benzido, com licença do bispo, a 25 de setembro de 1845. Até então, conforme o costume em voga, eram os corpos inumados junto à parede lateral da igreja, do lado interior à clausura. Foi o bom Frei Lucas o primeiro nêle sepultado, havendo falecido a 29 de abril de 1849.

Em 1855, segundo desenho de Miguel Benício Dutra, estava terminado o convento e bem diverso se mostrava o aspecto da sua fachada. O frontispício da igreja se alteara notàvelmente, cobrindo a vista da velha clarabóia. Acima dos janelões anteriores já se achava o nicho onde se expunha a imagem de Nossa Senhora da Conceição. A êle se sobrepunha a tôrre com as suas duas sineiras e por cima destas o segundo nicho, naquele tempo vazio, e hoje com a imagem de São Miguel Arcanjo, encimado pela alta cruz coroadora do todo.

Tornando-se o mosteiro acanhado para abrigar comunidade que crescia sempre, foi muito aumentado graças à generosidade do Conde de Prates.

O desenho de 1841, parece, fiel nos pormenores do estilo arquitetônico. Mais à fachada encima um triângulo em desacôrdo com as curvas do estilo colonial.

A rigorosa clausura veda, como todos sabem absolutamente, o interior do mosteiro à visitação, exceção feita às altas autoridades eclesiásticas e aos médicos da comunidade.

Refere o depoimento de uma monja que no cenóbio o ambiente é, além de sobremaneira devoto, o mais singelo, desprovido de quaisquer atavios.

Muita luz e ventilação espalham-se por todo o edifício, graças às largas e numerosas janelas abrindo-se para os pátios ajardinados. Para a luminosidade concorrem também as paredes inteiramente caiadas de branco; apresentando algumas barrado azul. Azuis são também as portas e janelas feitas de madeira grossa e pesada.

Entrando na sala da portaria, depara-se ao visitante, surprêso, belíssima cômoda-oratório, verdadeira jóia de arte, dádiva da Marquesa de Três Rios. O resto, porém, do mobiliário é extremamente simples, e o mais sumário, principalmente nas celas das religiosas, mobiliadas de acôrdo com os imperativos de uma regra de pobreza e humildade.

As cadeiras de espaldar, ausentes se acham de todo o edifício, substituídas por pequenos bancos.

Nos cômodos de depósito existem algumas grandes, e por vêzes enormes, arcas de madeira, feitas de peças inteiriças fortemente encaixadas sem pregos nem parafusos; às fechaduras de grandes dimensões e as dobradiças fixam cravos piramidais, alongados, com três arestas e cabeça irregulares. Algumas destas arcas estão caprichosamente ornadas de delicados entalhes.

O andar térreo, cujo pavimento fôra deixado por Frei Galvão de terra nua, aos poucos melhorou-se. Hoje, a dispensa e cozinha acham-se cimentadas, e mais algumas dependências assoalhadas com tacos, o que corresponde a uma disparidade com o estilo vetusto da casa.

Ao piso superior assoalham com tábuas de canela escura, nem tôdas iguais. As mais estreitas medem 25 centímetros, encontrando-se algumas com 40.

Em suma, o aspecto do Mosteiro da Luz guarda o feitio de austeridade e pobreza das nossas antigas eras (1).

---

(1) Sôbre a Capela, Igreja e o Mosteiro da Luz vide o existente capitulo da bela obra de Leonardo Arroyo: *Igrejas de São Paulo* (Rio de Janeiro, 1954 Livraria José Olympio, Editóra).

# HISTÓRIA GERAL DO BRASIL

*(Em 5 tomos)*

---

## FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN

A História Geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro), constitui o mais precioso repositório de história do Brasil colonial, e sua consulta torna-se hoje indispensável aos que se dedicam ao estudo da história pátria.

EDIÇÕES MELHORAMENTOS

*Série*

**"CONQUISTAS DA HUMANIDADE"**

Escritos com profundidade e clareza, êsses livros, eminentemente práticos, desvendam um mundo de conhecimentos úteis e pitorescos, tornando-se um verdadeiro curso intensivo de conhecimentos gerais.

A HISTORIA DO OURO
AS HABITAÇÕES E SUA HISTÓRIA
AS VESTIMENTAS E SUA HISTÓRIA
OS ALIMENTOS E SUA HISTÓRIA
OS TRANSPORTES E SUA HISTÓRIA
A HISTÓRIA DO FERRO E DO AÇO
A HISTÓRIA DO PETRÓLEO
A HISTÓRIA DO CARVÃO

EDIÇÕES MELHORAMENTOS